

**UNIVERSIDADE DE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

GILBERTO MORAES DE LUNA FILHO

**NEOLIBERALISMO, DESNACIONALIZAÇÃO E SOBERANIA NACIONAL:
O CASO DA PRIVATIZAÇÃO DA TELEFONIA BRASILEIRA.**

**RECIFE
2022**

**UNIVERSIDADE DE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

GILBERTO MORAES DE LUNA FILHO

**NEOLIBERALISMO, DESNACIONALIZAÇÃO E SOBERANIA NACIONAL:
O CASO DA PRIVATIZAÇÃO DA TELEFONIA BRASILEIRA.**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Bezerra de Andrade

**RECIFE
2022**

GILBERTO MORAES DE LUNA FILHO

**NEOLIBERALISMO, DESNACIONALIZAÇÃO E SOBERANIA NACIONAL:
O CASO DA PRIVATIZAÇÃO DA TELEFONIA BRASILEIRA.**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais sob orientação do Prof. Dr. Fábio Bezerra de Andrade.

Aprovado em: ____/____/____

COMISSÃO EXAMINADORA:

Dr. Fábio Bezerra de Andrade
Departamento de Ciências Sociais/UFRPE

Dra. Gabriella Maria de Lima Bezerra
Departamento de Ciências Sociais/UFRPE

Dra. Alessandra Uchoa Sisnando
Departamento de Ciências Sociais/UFRPE

**RECIFE
2022**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

F481n Filho, Gilberto Moraes de Luna
 NEOLIBERALISMO, DESNACIONALIZAÇÃO E SOBERANIA NACIONAL: O CASO DA PRIVATIZAÇÃO
 DA TELEFONIA BRASILEIRA / Gilberto Moraes de Luna Filho. - 2022.
 51 f. : il.

 Orientador: Fabio Bezerra de Andrade.
 Inclui referências.

 Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco,
 Bacharelado em Ciências Sociais, Recife, 2022.

 1. Neoliberalismo. 2. Desnacionalização. 3. Soberania. I. Andrade, Fabio Bezerra de, orient. II. Título

CDD 300

AGRADECIMENTOS

À Deus, pelo discernimento, perseverança e fortaleza.

À Cristina, minha esposa, e a nossa filha Nathália, sem as quais eu não teria chegado aqui.

Aos meus familiares que sempre me incentivaram, em especial a minha tia Zinha e prima Maria de Jesus pela acolhida em sua casa durante o Ensino Médio.

A meu irmão Maurício pela ajuda incansável nesta trajetória de obstáculos e desafios.

Aos professores da graduação, aos quais sou eternamente grato por compartilharem muito mais que conhecimento, por dividirem sua sabedoria, experiência de vida, suas emoções, por representarem inspiração profissional e contribuírem durante anos para meu aprendizado, como ser humano e cientista social.

Ao professor Fábio Bezerra, orientador deste trabalho, pela infindável paciência, dedicação pessoal até nos finais de semana, à noite, por meio de várias reuniões para revisão do conteúdo. Sempre trazendo muita informação para o aprofundamento do debate.

RESUMO

Esta monografia examina a desnacionalização da telefonia brasileira, a partir do que aqui denominamos de projeto político neoliberal. Trata-se de projeto em pleno funcionamento. Do ponto de vista teórico, tem início nos anos 40 do século passado e enquanto projeto político está associado aos governos de Thatcher e Reagan nos anos de 1970. Mas foi a partir dos anos 80 e principalmente ao longo dos anos 90 que é possível falar de uma globalização neoliberal. No Brasil, tem início no final dos anos de 1990: primeiro como resposta à crise do projeto desenvolvimentista autoritário do período militar; segundo como atualização da dependência e das condições de subordinação e subalternização a que o país encontra-se atrelado mediante relações centro e periferia. A desnacionalização do setor da telefonia se apresenta como um caso num amplo processo, que aqui será tratada sob a perspectiva da acumulação por espoliação. Além disso, o trabalho aprofunda a análise procurando elucidar as relações entre o atual projeto neoliberal e suas implicações para a soberania nacional. Para tanto, a metodologia usada foi através de estudo bibliográfico por intermédio de pesquisa em livros, artigos acadêmicos, dissertações e teses.

Palavras-chave: Neoliberalismo, Desnacionalização, Soberania.

ABSTRACT

This undergraduate thesis aims to analyze the denationalization of Brazilian telephony, based on the neoliberal political project, denominated for us for this search. This is a fully operational project. From a theoretical point of view, it began in the 40s of the last century and as a political project, it can be associated with the Thatcher and Reagan governments in the 1970s. But it was from the 1980s onwards and especially throughout the 1990s that it is possible to speak of neoliberal globalization. In Brazil, it began in the late 1990s: first as a response to the crisis of the authoritarian developmentalist project of the military period; second, as an update of dependency and the conditions of subordination to which the country finds itself linked through relations between center and periphery. The denationalization of the telephone sector is presented as a case in a broad process, which will be treated here from the perspective of accumulation through spoliation. Furthermore, the work deepens the analysis seeking to elucidate the relationships between the current neoliberal project and its implications for national sovereignty. Therefore, the methodology used was through a bibliographic study through research in books, academic articles, dissertations and theses.

Keywords: Neoliberalism; Denationalization; Sovereignty

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 - Densidade de Banda Larga Fixa no Brasil	36
--	----

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Importação x Exportação	32
Gráfico 2 - Importações entre 2004 – 2010	33
Gráfico 3 - Importações envolvendo partes e peças	34
Gráfico 4 - Densidade da implantação de banda larga no Brasil	36

QUADRO

Quadro 1 - Convenio da Telebrás	24
---------------------------------	----

TABELAS

Tabela 1 - Faturamento das empresas por origem do capital	31
Tabela 2 - Números da balança comercial no setor de telecomunicações	35

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

ABINEE – Associação Brasileira da Indústria e Elétrica Eletrônica
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CGI.br – Comitê Gestor da Internet
CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
EMBRATEL – Empresa Brasileira de Telecomunicações
FMI – Fundo Monetário Internacional
IPEA – Instituto de Pesquisa de Econômica Aplicada
MINICOM – Ministério das Comunicações
NIC.br – Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR
NSA – Agência Nacional de Segurança
OCDE – Organização Europeia para o Comércio e Desenvolvimento
OMC – Organização Mundial do Comércio
P&D – Pesquisa e Desenvolvimento
PNBL – Programa Nacional de Banda Larga
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
TELECO – Portal de Consultoria em Telecomunicações
TELEBRÁS – Telecomunicações Brasileira S/A
UE – União Europeia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 DESNACIONALIZAÇÃO DA INDÚSTRIA DE TELECOMUNICAÇÕES	15
2.1 A Gênese do Projeto Político	15
2.2 Enfoque sobre Capitalismo Dependente e Subdesenvolvimento	19
2.3 Acumulação por Espoliação	23
3 PERDA TECNOLÓGICA DO SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES	26
3.1 O Caso do Sistema de Telecomunicações	26
3.2 Desenvolvimento sob o Neoliberalismo	29
4 DESNACIONALIZAÇÃO DA INDÚSTRIA DE TELECOMUNICAÇÃO SOBRE A SOBERANIA NACIONAL	39
4.1 Soberania sob o Projeto Neoliberal	39
4.2 Soberania, Democracia e Neoliberalismo	43
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS	49

1. INTRODUÇÃO

O neoliberalismo surgiu a partir da convergência de ideias durante a Segunda Guerra Mundial que orientaram as atuações a redefinirem a ação do Estado em favor da centralidade da iniciativa privada, isto é, do mercado. Essa busca incessantemente por uma liberdade absoluta, tem implicações na dinâmica democrática de modo a evitar qualquer mecanismo de controle sobre essa lógica de mercado livre. Assim, para além de um conjunto de medidas econômicas, como será visto ao longo deste trabalho, o projeto neoliberal chega ao Chile em 1973, em plena ditadura de Augusto Pinochet, expande-se para a Europa e EUA, entre o final da década de 70 e anos 80. Essa chegada, portanto, envolve os países da periferia do capitalismo, que inclusive são marcados por uma relação secular de exploração, dependência e espoliação, mesmo após a descolonização.

No entanto, diferente da Europa e EUA, em que o alvo central foi o desmonte do estado de bem-estar social, a implantação e avanço do projeto neoliberal no Brasil teve como objetivo desarticular o projeto desenvolvimentista em curso. Esse movimento teve início no governo de Fernando Collor e Itamar Franco (1990 – 1995), tendo as empresas públicas como alvo central desse projeto. O projeto, entretanto, tem sua expansão por meio do processo de desestatização dessas empresas, de maneira que o sistema Telebrás e a telefonia foram atingidos com o fim do monopólio estatal nesse setor, afetando assim a indústria nacional de equipamentos de telecomunicações e impactando na soberania nacional.

É nesse contexto, que o presente estudo, busca analisar o projeto político neoliberal implantado no Brasil a partir dos anos 90, por meio da privatização de vários setores, dentre eles o da telefonia em 1998. A substituição das políticas desenvolvimentistas pelo projeto neoliberal globalizado implicou no aprofundamento da dependência econômica e na ausência de soberania nacional na política. Aqui, entende-se o conceito de projeto político como um objeto que serve para “designar os conjuntos de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos” (DAGNINO, 2004, p.199).

É oportuno ressaltar que o sucesso e amplitude desse projeto político se deu em grande medida no campo ideológico-cultural, quando comparado ao campo econômico. Assim, considerando os países que seguiram o Consenso de Washington, América Latina, Europa Oriental e Rússia, o êxito do projeto se deve a inclinação da reformulação capitalista, além do fracasso da reação popular, o que pode ser verificado através de várias ações, a exemplo de “O vocábulo ‘reforma’ [...] antes da era neoliberal tinha uma conotação positiva e progressista [...] foi apropriado e “reconvertido” pelos ideólogos do neoliberalismo num significado [...] involutivo e antidemocrático” (BORÓN, 1999, p. 11).

Dessa forma, verifica-se que o neoliberalismo vem atuando no campo das ideias, criando novas subjetividades, o que sinaliza para a continuidade de um processo histórico de dominação exercido pelos países do centro hegemônico do capitalismo, em relação aos países da periferia, por intermédio da ação que procura reduzir a cidadania e o alcance democrático, buscando-se distorcer a imagem do Estado enquanto se ovaciona o mercado. Portanto, constrói-se um consenso em favor das pautas neoliberais, ressignificando até termos/expressões do cotidiano de modo a beneficiar o projeto político que tem como alvo uma visão de mundo orientada para o indivíduo e mercado (Borón, 1999). Como efeito, esse projeto político tem um caráter perene, que transcende a linha do tempo, a julgar pelo registro histórico envolvendo a busca constante em explorar cada vez mais os recursos dos países na periferia do capitalismo.

É imperativo, então, conhecer a gênese em torno dessa visão neoliberal. O termo neoliberalismo foi forjado em 1938, por meio do colóquio Walter Lippmann (Brown, 2019), desse encontro saíram às bases político-intelectuais do que seria conhecido na década seguinte como Sociedade Mont Pèlerin, na Suíça, que abrigou os principais pensadores do neoliberalismo, a exemplo de Friedrich Hayek e Milton Friedman, Karl Popper, Walter Lipman, dentre outros. No entanto, as ideias do grupo só começaram a se expandir a partir do declínio do modelo de desenvolvimento pós Segunda Guerra, em 1973, através da crise do petróleo, quando então o mundo capitalista mergulhou em profunda recessão. Por conseguinte, tem-se ao mesmo tempo elevadas taxas de inflação e baixo crescimento, de maneira que a partir desse momento as ideias de Hayek passaram a se propagar com mais força de convencimento (ANDERSON, 1995).

Entretanto, a implementação dessas ideias não ocorreu tão rapidamente, porque nos anos 70 grande parte dos países da Organização Europeia para o Comércio e Desenvolvimento (OCDE), ainda sofria forte influência das recomendações de Keynes¹ para combater crises econômicas, o que mudou significativamente a partir da implantação do neoliberalismo na Inglaterra, através de Margareth Thatcher, em 1979, Ronald Reagan nos EUA, em 1980, e na Alemanha em 1982, com Helmut Kohl, e daí em diante se espalhou pela Europa (ANDERSON, 1995). Desse modo, registram-se algumas características desse projeto neoliberal através de medidas que “[...] privatizam a propriedade e os serviços públicos, reduzem [...] o Estado social, amordaçam o trabalho, desregulam o capital e produzem um clima de impostos e tarifas amigável para investidores estrangeiros” (BROWN, 2019, p. 28-29).

A implantação do projeto neoliberal na América Latina foi recebida com boa expectativa a priori, principalmente pelo Banco Mundial e FMI, todavia isso não passou de uma falsa impressão. No caso do Chile e México, houve agravamento do fosso social na América Latina, comparado aos países asiáticos, conforme Borón (1995). Logo, isso indica características e formas de agir que são intrínsecas do capitalismo contemporâneo, que não mais se contenta em manter uma relação de dependência entre centro e periferia, mas que avança de forma predatória contra países que estão fora da hegemonia econômica mundial, apoderando-se assim de todo tipo de recurso e usando expedientes distintos, como serão vistos adiante.

Em termos de suposição inicial acerca da privatização da telefonia brasileira em 1998, e do projeto político que conduziu esse processo, o presente trabalho tem como hipótese que o processo de desindustrialização do setor de equipamentos de telecomunicações é um aprofundamento da dependência política e econômica – que teve início com o choque do petróleo nos anos de 1970. Isso resultou numa resposta centrada no mercado e em continuidade com a lógica de dominação e exploração que permeia toda a relação entre o centro hegemônico do capitalismo e a periferia, por meio da implementação de políticas e decisões contrárias aos interesses do Brasil, enquanto nação. A saber que o neoliberalismo foi encampado pela elite local, em grande medida e não fruto de ausência de capacidade técnica, mão de obra qualificada ou capacidade competitiva.

¹ A intervenção do Estado seria necessária em função da incapacidade de autorregulação do sistema.

Nesse sentido, a hipótese aponta para a continuidade da subalternização da periferia por intermédio da expansão do capitalismo pelos países que controlam a economia mundial, tendo como objetivo final o lucro por meio do acesso a diversos recursos públicos nos países subdesenvolvidos, principalmente empresas estatais. Torna-se, portanto, pertinente trazer a discussão da teoria da dependência, por intermédio de Theotônio dos Santos e Florestan Fernandes, assim como será debatido o processo de privatização da telefonia e exploração envolvendo uma gama enorme de serviços e recursos até então em poder do Estado, por meio do conceito de acumulação por espoliação, desenvolvido por David Harvey, de modo a se debruçar para analisar a relação de subalternidade e exploração predatória que cerca os países da periferia através da hegemonia dos países que comandam a economia mundial.

O presente trabalho, por conseguinte, tem como objetivo central examinar as consequências do processo de desnacionalização da telefonia sobre a indústria de equipamentos de telecomunicações, bem como o aprofundamento da dependência que se manifesta na soberania do Brasil. A estrutura do trabalho está disposta em três capítulos que visam dar conta dos objetivos específicos dispostos a seguir.

O primeiro capítulo examina o projeto político centrado no neoliberalismo implantado no Brasil nos anos 90, incluindo elementos históricos, influência e ação de uma elite local em momentos distintos na questão do subdesenvolvimento do país. Bem como discute o vínculo de dependência do Brasil em relação aos países do centro que comandam a economia mundial, principalmente EUA, enfatizando que esse projeto político perpassa todo o trabalho.

Já o segundo capítulo analisa de maneira mais detida a perda tecnológica desse setor, considerando o declínio da balança comercial do setor, a queda de faturamento das empresas de capital nacional, em contrapartida ao crescimento da receita das empresas de capital estrangeiro. Discute à luz da privatização da telefonia, a relação entre a expansão da banda larga no Brasil atualmente e a recriação da Telebrás, em 2010, e investiga a instrumentalização do BNDES na desestatização telefônica.

Por fim, o terceiro capítulo aprofunda os argumentos dos capítulos anteriores, aproximando as informações de modo a fornecer os elementos para tratar das implicações desse projeto quanto à soberania nacional, tema central subjacente ao debate sobre a implementação de políticas neoliberais de privatizações, através do

desmonte do setor de telecomunicações, de maneira a intensificar a dependência tecnológica nacional em relação aos países de capitalismo avançado.

Em relação à motivação para este estudo, ela surge a partir da experiência pessoal de ter vivenciado este processo como cidadão, acompanhando os noticiários da época sobre as promessas de vantagens para usuários de telefonia. Em paralelo a essa narrativa, verificou-se como contraponto desse cenário de promessas do mercado, os relatos de ex-servidores do sistema Telebrás sobre os prejuízos para o país, por intermédio da maior dependência tecnológica, através do declínio da indústria nacional de equipamentos de telecomunicações.

Quanto à metodologia usada para atender aos objetivos do trabalho, toma-se a pesquisa documental e bibliográfica. O levantamento bibliográfico, é definido como “[...] um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório” (LIMA; MIOTO, 2007, p. 39). Assim, o estudo bibliográfico foi efetivado por meio de pesquisa em livros, artigos acadêmicos, dissertações e teses, usando-se autores como: Theotônio dos Santos, David Harvey, Atílio Bóron, Perry Anderson, Marina Szapiro, Florestan Fernandes, Wilson Cano, Wendy Brown, Luís Fernandes, dentre outros. Nessa caminhada metodológica de leitura dos textos, procurou-se extrair elementos essenciais que explicam o projeto político que implantou e direciona o neoliberalismo atualmente no Brasil, buscando-se compreender as novas relações de subalternidade e exploração que permeiam esse projeto neoliberal e a privatização da telefonia em 1998, bem como isso afetou a capacidade de decisão do Brasil nesse setor e a soberania nacional.

No que se refere à pesquisa documental, foram realizadas pesquisas em sites como Instituto de Pesquisa de Econômica Aplicada (IPEA), Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA), Portal de Consultoria em Telecomunicações (TELECO), dentre outros. Foram utilizadas algumas categorias de análises, como desnacionalização da indústria, privatização da telefonia, tecnologia e segurança nacional, neoliberalismo e privatização, contemplando publicações em português com dados dos anos 90 até 2010.

2. DESNACIONALIZAÇÃO DA INDÚSTRIA DE TELECOMUNICAÇÕES

Este capítulo discute o projeto político que desencadeou a privatização da telefonia brasileira no final da década de 90, trata-se do projeto neoliberal que foi implantado no Brasil a partir do governo de Collor/Itamar (1992 – 1995), que de um lado, resultou no fim do projeto desenvolvimentista e, por outro, permitiu que o Brasil fosse mais uma vez integrado de forma dependente a nova dinâmica política e econômica do mundo globalizado. Objetivando o redirecionamento no papel do Estado envolvendo estatais de diversos setores, incluindo a telefonia, em que o Estado então passou de agente indutor de desenvolvimento para regulador de serviços nessa área.

2.1 A Gênese do Projeto Político

Sendo imperativo, portanto, um resgate das ideias e pautas que estão na essência do neoliberalismo, e nesse sentido se verifica que ele teve sua ascensão intelectual por intermédio de uma “reação teórica e política contra o Estado intervencionista e de bem-estar” europeu, a partir da obra: O Caminho da Servidão, de Friedrich Hayek, escrita em 1944, e que logo encontrou apoio de intelectuais como Von Mises, Milton Friedman, Karl Popper, Michael Polanyi, dentre outros (ANDERSON, 1995, p.9).

Dentre esses autores, destacam-se Milton Friedman e Hayek, de modo que entre as ideias pleiteadas pelo primeiro, enfatiza-se que ele é o único neoliberal que defende superficialmente a economia neoliberal por intermédio da “democracia”, que ele entende como sendo “liberdade política” ou “liberdade individual”, e advoga que do ponto de vista histórico, a legítima liberdade política surgiu somente com o capitalismo. E que na ocorrência de uma sociedade possuir apenas uma dessas liberdades, então uma acabará fomentando a outra no decorrer dos anos. Tendo os mercados livres como sustentação para esse argumento, acreditando que eles impõem uma restrição ao governo e uma divisão clara entre poder econômico e político, e assim torna possível “que uma forma de poder compense a outra. O capitalismo, nessa análise, promove inadvertidamente a liberdade ao limitar e restringir o governo” (BROWN, 2019, p. 80).

Já o segundo, Hayek, advoga contra o contrato social de Rousseau, dizendo que ele enganou os modernos sobre a essência da autonomia e governo, retirou a

democracia do liberalismo e assim criou espaço para a soberania popular, além de criticar o conceito de vontade geral por então permitir muita autonomia ao poder legislativo e deixá-lo livre até da justiça. Com efeito, Hayek (1944) entende que a democracia deve ser limitada, restrita a um método para se tomar decisões, diferente de um democrata que valoriza a soberania popular. Nesse sentido há um conjunto de princípios que ele coloca acima da democracia, a saber:

É a aceitação de princípios comuns que torna uma coleção de pessoas uma comunidade. E essa aceitação comum é a condição indispensável para uma sociedade livre. Um grupo de homens normalmente se torna uma sociedade não dar-se leis, mas ao obedecer às mesmas regras de conduta. Isso significa que o poder da maioria é limitado por esses princípios comumente aceitos e que não há poder legítimo além deles (HAYEK, 1944 p. 39 apud BROWN, 2019, p.90).

Assim, constata-se que para Hayek (1944) o poder da maioria deveria sofrer restrição a partir de normas de conduta, o que aponta para perda de autonomia política e submissão da democracia a princípios morais, e que acima desses não existiria poder com legitimidade. É oportuno enfatizar que no período pós Segunda Guerra a posição teórica de Hayek era contra o sindicato, porque ele argumentava que o movimento operário fazia uma pressão “parasita” a fim de que o Estado ampliasse os gastos sociais, além de que o poder do sindicato estaria afetando o lucro das empresas, o que resultaria em inflação e crise econômica.

Em síntese, faz parte do arcabouço teórico de Friedman e Hayek, para além de qualquer divergência, reduzir ou eliminar qualquer interferência que possa afetar o capitalismo e o lucro. A exemplo de combaterem o keynesianismo e o solidarismo, em alta no pós Segunda Guerra, objetivando um capitalismo livre, através de medidas como o fim dos sindicatos, elevada taxa de desemprego, redução drástica com gastos sociais, controle fiscal rígido, redução de impostos sobre os rendimentos mais elevados e privatizações de diversos serviços, como indica Anderson (1995).

Todavia, o enfoque neoliberal dos autores citados acima não lograria êxito no pós Segunda Guerra, nos anos 50 e 60, devido a expansão acelerada do capitalismo, a chamada “idade de ouro”, que fazia brotar prosperidade, através do estado de bem-estar social, daí resulta que a argumentação deles não teria encontrado sustentação ou poder de convencimento, quanto ao alerta feito por eles sobre o risco de regulação do mercado pelo Estado. Entretanto, isso mudou completamente a partir do colapso do modelo econômico pós Segunda Guerra, em 1973, produzindo recessão, inflação

elevada e baixas taxas de crescimento. Dessa forma, a concepção defendida por Hayek e seguidores encontra terreno fértil, e ele aponta como causa:

As raízes da crise estariam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalistas com suas pressões reivindicativas sobre salários e com pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais (Hayek, 1944 apud ANDERSON, 1995, p.10).

Assim, verifica-se que o projeto político neoliberal se caracteriza por uma ênfase maior, conforme visto, no combate a qualquer ação intervencionista do Estado no mercado, sob o argumento de que isso afeta a liberdade individual, compromete a concorrência e dessa forma faz declinar o crescimento que atinge a todos. Daí vem à reação de Hayek contra o sindicato, por conta da capacidade organizativa da instituição, que usa da ação coletiva como instrumento de pressão por melhorias sociais junto ao Estado.

Entretanto, a compreensão para o crescimento do neoliberalismo nos anos 70 e 80 não se deve apenas a capilaridade das ideias defendidas, mas sim aos resultados efetivos, e nesse sentido há registro de que a inflação caiu de 8,8% para 5,2%, no período de 1970 a 1980, envolvendo o conjunto de países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). E nessa mesma trilha de êxito se encontra o lucro das indústrias dos países da OCDE, que nos anos 70 despencou 4,2%, aproximadamente, enquanto cresceu 4,7% nos anos 80, e esse processo não se encerra por aí, nas palavras do Anderson (1995):

Essa recuperação foi mais impressionante na Europa Ocidental como um todo, de 5,4 pontos negativos para 5,3 positivos. A razão principal dessa transformação foi, sem dúvida, a derrota do movimento sindical, expressado na queda drástica do número de greves durante os anos 80 e numa notável contenção dos salários. Essa postura sindical [...] era produto de um terceiro êxito do Neoliberalismo, ou seja, o crescimento das taxas de desemprego, concebido como um mecanismo natural e necessário de qualquer economia de mercado eficiente. A taxa média de desemprego nos países da OCDE, que havia ficado em torno de 4% nos anos 70, pelo menos duplicou na década de 80. [...] o grau de desigualdade [...] aumentou significativamente no conjunto de países da OCDE: a tributação dos salários mais altos caiu 20% em média nos anos 80, e os valores das bolsas aumentaram quatro vezes mais rapidamente do que os salários (ANDERSON, 1995, p.15).

Dessa maneira, constata-se que a expansão significativa do neoliberalismo se deu a partir dos resultados obtidos no combate ao sindicato, na elevação da taxa de desemprego e consequente redução dos salários, de modo a melhorar o lucro das empresas, aliviando a pressão tributária sobre altos salários, dentre outras medidas no sentido de reduzir a ação do Estado na economia. Daí se registra uma onda de

transformações econômicas, políticas e sociais que varreram a Europa e EUA, entre o final das décadas de 70 e 80, e que desembarca na América Latina, através do Chile, em 1973, durante a ditadura de Pinochet, quando então passa a aplicar uma agenda de mudanças, gerando privatizações, desemprego em grande escala, pressão contra os sindicatos, dentre outras ações.

Aliás, esse exemplo de laboratório do neoliberalismo no Chile foi até elogiado pelo Banco Mundial e FMI, porém um exame mais detido sobre isso revela algo bem diferente, isto é, entre 1973 e 1988, a renda per capita não apresenta diferença significativa, ressaltando que a taxa média de desemprego médio foi 15%, entre 1975 e 1985, atingindo o patamar mais alto com 30% em 1983. Já em termos de pobreza, o índice que indica população abaixo da linha de pobreza saltou de 17% para 38%, entre 1970 e 1987, e em 1990 o consumo per capita dos chilenos era abaixo do que foi assinalado em 1980 (BORÓN, 1995, p.97).

Daí ser imprescindível destacar a influência externa vivenciada pelo Brasil, e nessa esteira recente surge o contexto político sobre a adoção de medidas de grande impacto na ascensão efetiva do neoliberalismo, em escala global a partir das ações dos governos da então Margaret Thatcher, como Primeira-Ministra do Reino Unido, em 1979, e do governo do presidente Ronald Reagan nos EUA, em 1980. Tendo-se no caso do Reino Unido, a forma mais pura do projeto neoliberal, caracterizada através do aumento das taxas de juros, forte redução de impostos sobre altos rendimentos, fim de controles sobre os fluxos financeiros, cortes de gastos sociais, implantação de uma privatização em grande escala, envolvendo diversos setores e indústrias básicas, como de aço, exploração de petróleo e gás, habitação, dentre outros (ANDERSON, 1995).

Nessa onda de redefinição do papel do Estado na economia e maior presença do mercado, sob a égide de uma série de promessas de melhorias para a sociedade, vale lembrar que Wilson Cano (2010) enfatiza que na história econômica do capitalismo não há registro de país que tenha se desenvolvido sem a efetiva participação do Estado, além disso, ele critica o fato de que grande parte dos economistas brasileiros defenderem o neoliberalismo como um dogma, por abandonarem as problemáticas de período mais longo e pelo alinhamento equivocado de que somos “emergentes”, quando se trata efetivamente de subdesenvolvimento.

2.2 Enfoque sobre Capitalismo Dependente e Subdesenvolvimento

Sob a perspectiva histórica e teórica a questão do subdesenvolvimento e dependência na periferia do capitalismo foi abordada por diversos enfoques e autores, de modo que essa discussão terá centralidade no pensamento de Theotônio dos Santos e Florestan Fernandes, respectivamente. Com efeito, o debate sobre subdesenvolvimento dialoga com a discussão da teoria da dependência, surgida então nos meados da década de 1960, com foco na América Latina, e têm desdobramentos distintos nos trabalhos de Theotônio dos Santos, Fernando Henrique Cardoso, Ruy Mauro Marini, Vânia Bambira, André Gunder Frank, Enzo Falleto, dentre outros. Ressaltando ainda, que a análise usada seguirá a vertente marxista, com Theotônio dos Santos discutindo essa dependência na perspectiva da periferia.

Esses autores por diferentes enfoques buscavam o entendimento sobre os obstáculos envolvendo um desenvolvimento com raízes históricas em que a economia mundial já era dominada por países e interesses que mantinham uma relação desigual entre o centro econômico, Europa e EUA, e as nações da periferia, mesmo com o processo de descolonização já em curso (SANTOS, 1998).

É oportuno enfatizar que as duas guerras globais provocaram um novo desenho na economia mundial, de modo a se observar que os EUA se consolidam como hegemonia econômica internacional, logo após a Segunda Guerra Mundial, de maneira que o avanço do capitalismo impõe uma característica de ação global, centrada nos EUA. Surgindo daí a criação das instituições internacionais e multilaterais definidas em Bretton Woods², a exemplo de Banco Mundial, FMI, dentre outras, e essas instituições são essenciais na imposição de uma agenda favorável aos interesses dos países que detém a dominação do capitalismo.

² Em 22 de julho de 1944, concluíam-se em Bretton Woods, no estado norte-americano de New Hampshire, um processo iniciado quase três anos antes com a elaboração, quase simultânea e independente, dos planos elaborados nos Estados Unidos da América, por Harry Dexter White (março de 1942), e no Reino Unido, por John Maynard Keynes (setembro de 1941), para a organização do sistema monetário internacional que deveria suceder à Segunda Guerra Mundial, então em plena conflagração. Após uma concessão final do delegado soviético, que, sob instruções diretas do chanceler Molotov, aceitou finalmente que a contribuição da URSS ao capital do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) fosse idêntica à sua contribuição ao Fundo Monetário Internacional (FMI), encerrava-se a negociação dos instrumentos constitutivos destas duas instituições internacionais.

Na questão em torno do desenvolvimento, observa-se então um hiato histórico entre nações europeias e não europeias, e isso pode ser visto a partir de uma definição sobre teoria da dependência, isto é:

Trata-se de uma explicação para compreender as razões sociais, econômicas e históricas que concorrem para manter a situação de pobreza de grande parcela das sociedades nacionais. No plano externo, a teoria da dependência também é utilizada para analisar as desigualdades políticas e econômicas existentes entre os Estados industrializados, grosso modo localizados no Hemisfério Norte, e os dependentes, pobres do Hemisfério Sul. É a dicotomia centro e a periferia. (HAJE, 2013, p. 108)

Dessa forma, a teoria da dependência aponta para uma estrutura de poder econômico, construída e mantida por um conjunto de países industrializados que têm interesses em preservar a dicotomia de desenvolvimento entre o centro hegemônico do capitalismo avançado, isto é, Europa e particularmente os EUA, e a periferia, de modo a recorrerem a vários expedientes, a exemplo de FMI e Banco Mundial usarem a dívida externa como instrumento de pressão, dentre outros, a fim de impedir um desenvolvimento autônomo nos países da periferia.

Ressaltando que essa periferia apresenta grande índice de desigualdade social e econômica, sendo geralmente exportadora de matéria prima e quando muito, isso envolve produto com baixo valor agregado. Destacando ainda que o debate sobre dependência procura compreender os motivos para o Brasil persistir no subdesenvolvimento, diante da interpretação de muitos economistas de que a industrialização seria um vetor para a superação da pobreza, por intermédio do aprimoramento dos processos democráticos e melhoria na distribuição de renda (HAJE, 2013).

Santos (1998), no entanto, aponta para caminho distinto, contrário a essa forma de entendimento a partir da perspectiva dos países da periferia. De modo que a chamada indústria moderna, não lograria êxito, em consequência dos seguintes aspectos, primeiro: por conta da ausência de autonomia local, já que democracia e distribuição de renda dizem respeito a uma dinâmica interna do país, enquanto a gestão do investimento, o desenvolvimento tecnológico e as decisões são tomados nas sedes das transnacionais, que estão nos países que controlam a economia mundial. Segundo, porque os lucros econômicos envolvendo esse processo de submissão apontam na direção do impedimento, sob formas diversas, de que países periféricos como o Brasil possam sair da condição de dependência e subordinação dos interesses predominantes do capitalismo no primeiro mundo. Além do fato de que

uma visão desenvolvimentista sob uma democracia não significa distribuição de renda, já que se tratava de um capitalismo que tem em sua essência a característica de se concentrar em conglomerados econômicos. E, o terceiro aspecto sinaliza que a interpretação otimista da indústria moderna, diz respeito ao foco em mão de obra qualificada e controles gerenciais dos processos, em contraponto aos trabalhadores assalariados. Ademais, essa industrialização dependente que foi criada nos países desenvolvidos não atenderia a demanda de mão de obra vinda do campo, da atividade de subsistência, o que sinaliza para agravamento dos problemas sociais urbanos, com mais desempregados.

É importante destacar ainda, conforme o autor, que a crise financeira de 1929 acabou por impulsionar as economias da América Latina por substituir produtos até então importados por outros produzidos localmente, e isso resultou numa industrialização regional. Todavia, o desenvolvimento da indústria era dependente do setor exportador, por intermédio de uma movimentação de substituição das importações. Isso foi consequência de um processo histórico, que depois passou a ser organizado e teorizado. Destacando ainda que a crise de 1929 esmagou o comércio mundial, resultando assim em uma queda de 50% nas importações da América Latina (FRANK, 1991 *apud* SANTOS, 1998).

De modo que Santos (1998) chega a conclusão que a despeito do crescimento industrial brasileiro entre 1955 e 1960, o mais expressivo da América Latina, o caráter dependente da burguesia nacional percebeu que a continuidade dessa evolução industrial conduziria a um processo de transformação que envolveria reforma agrária, capacitação de mão de obra qualificada e investimentos em ciência e tecnologia, o que colocaria em risco o poder dessa burguesia. Foi nesse contexto então, que surgiu o golpe civil-militar de 1964 e colocou fim em qualquer possibilidade de desenvolvimento nacional com autonomia, e o Brasil entrou na órbita de dependência dos EUA, alinhando-se ao sistema de poder mundial, controlado pelos norte-americanos e não mais conseguiu sair dele, mesmo que em algum momento aparente existir divergências de interesses.

Assim, verifica-se então um segundo momento em que uma elite nacional ou seu preposto decidiu por uma relação de dependência dos países do centro econômico, principalmente EUA, em detrimento do desenvolvimento brasileiro, o que foi chancelado por Fernando Henrique Cardoso já em 1974, conforme Santos (1998)

ênfatiza que Cardoso argumenta que esse “desenvolvimento dependente” era definitivo e que seria necessário adequá-lo à democracia representativa.

Além de apontar que o capital estrangeiro, expropriador de recursos e sua política monopolista não ofereciam risco à democracia, mas sim, destaca ele, o “corporativismo de uma burguesia burocrática e conservadora” (SANTOS, 1998, p.28), que acabou por inibir a capacidade de negociação internacional do Brasil em meio ao novo referencial de dependência criado pelo avanço tecnológico e pela nova divisão internacional do trabalho nos anos 1970, como consequência da nova dinâmica da indústria mundial. Todavia, Fernando Henrique Cardoso nega existir algum fator econômico preponderante na dependência e que ela gere retrocesso na distribuição de renda, promova a remessa de excedentes da periferia para os países dominantes, agrave problemas sociais e provoque uma exploração aguda. (SANTOS 1998).

Abordando o segundo autor através de uma análise histórica e teórica sobre o subdesenvolvimento e dependência na periferia do capitalismo, é pertinente resgatar brevemente a reconstrução feita por Florestan Fernandes (1975, p.11), sobre o que ele chama de “padrões de dominação externa na América Latina”, em que o autor destaca a sofisticação de um colonialismo pós emancipação espanhola e portuguesa, enfatizando que a motivação disso está no fato de que o desenvolvimento do capitalismo continuou sob a égide de países europeus e dos EUA, de modo a impedir a inserção das nações latino-americanas de forma independente no campo cultural, social e econômico das nações capitalistas dominantes.

O autor, destaca ainda, que na gênese desse processo, houve a agravante complacência de uma elite local exportadora, formada por produtores rurais, que optou por manter as velhas estruturas econômicas coloniais, evitando assim, possíveis custos com transformações direcionadas para o desenvolvimento nacional, de modo que essa predominância exógena e o capitalismo dependente surgiram como elementos históricos, mantendo assim, a relação assimétrica de dominação entre centro e periferia.

Nessa direção, Florestan ressalta que as transformações do capitalismo na história ensejam novas formas de hegemonia sobre as nações subdesenvolvidas, e nesse ponto ele enfatiza o imperialismo dos EUA, através das grandes corporações, como sendo uma das dificuldades a serem enfrentadas pela América Latina, que não

se resume a fins econômicos, mas terá um elemento de subalternidade dentro da lógica colonial, centrada em fins econômicos e na falta de lucidez nacional.

2.3 Acumulação por Espoliação

David Harvey faz algumas ponderações sobre a análise de Marx e Rosa Luxemburgo envolvendo acumulação primitiva e desenvolve o conceito de acumulação por espoliação. Todavia, a devida compreensão desse conceito requer uma abordagem sobre acumulação e sobreacumulação.

Em termos de acumulação primitiva, pontua Marx

[...] o dinheiro é transformado em capital, como por meio do capital é produzido mais-valor e do mais-valor se obtém mais capital. Porém, a acumulação do capital pressupõe o mais-valor, o mais-valor, a produção capitalista, e esta, por sua vez, a existência de massas relativamente grandes de capital e de força de trabalho nas mãos de produtores de mercadorias. Todo esse movimento parece, portanto, girar num círculo vicioso [...] (MARX, 2017, p.785).

Essa citação é na verdade uma resposta crítica de Marx à versão burguesa de Locke e Smith, em que afirmam na existência numa época longínqua em que havia de um lado uma elite inteligente, ativa e empreendedora, e do outro, pessoas desocupadas que gastavam tudo que tinham. Assim o primeiro grupo acumulou recursos, fez riqueza, enquanto o segundo ficou sem nada para vender, exceto sua força de trabalho. Daí se teria a gênese de uma suposta origem para a pobreza e riqueza, que então explicaria a desigualdade social que se move na linha do tempo. Ainda segundo Marx, essa fase é chamada de acumulação primitiva por fazer parte do momento da “pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde” (MARX, 2017, p.786).

Todavia, Harvey aponta que a interpretação de Marx (2017) corresponde com a economia política tradicional, no tocante ao processo de acumulação em linhas gerais, entretanto desconsidera as premissas ligadas à acumulação primitiva, e algumas dessas são nas palavras do autor (2004, p.108) “mercados competitivos que funcionam livremente com acordos institucionais que garantem a propriedade privada, o individualismo jurídico, a liberdade de contratar [...]”. De modo que a figura do capitalista como produtor e mediador já é um dado concreto, assim como a força de trabalho já foi transformada em mercadoria e por consequência tem um valor em dinheiro, de forma que a acumulação primitiva ou originária já foi consumada.

Há perda na avaliação, continua o autor, quando esses pressupostos acabam reduzindo a importância da acumulação que faz uso da ilegalidade, violência, pilhagem, desvalorização e afins, pelo fato desse processo se referir a uma época remota do capitalismo, ou ainda, como no caso de Rosa Luxemburgo que percebe essa acumulação predatória como sendo exógena ao capitalismo (HARVEY, 2004).

Daí resulta na análise de Harvey que não é apropriado usar o termo *primitivo ou originário*, para designar um processo dinâmico de acumulação predatória que se observa ao longo da expansão do capitalismo, e passa então a chamá-lo de *acumulação por espoliação*. Dessa forma, ao se examinar as sucessivas crises ao longo do desenvolvimento do capitalismo, verifica-se que essas têm em sua essência excedente de capital e de mão de obra, que convivem juntos de maneira a não produzir ou gerar qualquer bem socialmente aproveitável. Isso significa que algo deverá ser feito para assimilar essa abundância de recursos, caso não aconteça alguma depreciação geral da força de trabalho e de capital. (HARVEY, 2004).

Assim, a fim de se evitar uma desvalorização, ao se constatar existir excedente de mão de obra e de capital que não podem ser absorvidos localmente em um país, através de investimentos internos, por exemplo, significa então que esses recursos devem ser enviados para outro local, de modo a serem aproveitados em um novo mercado e dessa forma evitar prejuízos. Em contrapartida, o país de destino deverá ter recursos em dinheiro ou ouro, e desse modo, aponta Harvey (2004, p. 99) “os excedentes de mercadorias saem em troca da entrada de mercadoria ou dinheiro” na outra ponta. Isso funciona como uma rota de fuga momentânea para os excedentes, diante do risco de uma crise por conta da sobreacumulação.

Foi nesse contexto que surgiu uma aliança global envolvendo os países capitalistas, e então os EUA apoiaram a criação da União Europeia (UE), como forma de se evitar a repetição da crise de sobreacumulação que ocorreu na década de 30 (HARVEY, 2004). Desse modo, uma forma dos países hegemônicos da economia mundial evitarem crises de sobreacumulação ou até mesmo gerar intencionalmente instabilidades econômicas com a finalidade predatória é impor a abertura de novos mercados na periferia do sistema capitalista, e nesse cenário a privatização é talvez a “arma” mais selvagem da acumulação por espoliação.

É importante destacar que as formas de impor uma abertura do mercado nesse processo sob a égide do neoliberalismo são as mais diversas, e nessa direção fazem parte do arsenal usado as instituições criadas em Bretton Woods, principalmente FMI

e Banco Mundial, que ditaram uma série de reformas a partir do Consenso de Washington³ no início da década de 1990, a serem implementadas essencialmente na periferia do capitalismo sob pena de sofrerem limitação no acesso a crédito e aos mercados nos EUA, por exemplo. Ressaltando ainda que o objetivo final é o domínio absoluto do mercado, autorregulável e livre nas suas transações internas e externas (HARVEY, 2004).

Essas instituições também fazem uso do endividamento para conduzir países à servidão, além de utilizarem acordos da Organização Mundial do Comércio (OMC), de modo que podem usar patentes envolvendo materiais genéticos, plasma de sementes, biopirataria, dentre outros. Essas práticas afetam populações que vivem do extrativismo e outras práticas ligadas ao manejo ambiental, de maneira que todo esse aparelhamento está a serviço de transnacionais vinculadas aos países que controlam a hegemonia econômica mundial. Nas palavras de David:

Também surgiram mecanismos completamente novos de acumulação por espoliação. A ênfase nos direitos de propriedade intelectual nas negociações da OMC. [...] A transferência para as corporações e a privatização de ativos previamente públicos (como as universidades), para não mencionar a onda de privatização da água e outros serviços públicos que arrasou o mundo, constitui uma nova onda do “cercamento dos bens comuns”. Como no passado, o poder do estado é usado frequentemente para forçar estes processos, inclusive contra a vontade popular (HARVEY, 2004, p. 110).

Dessa forma, a aceitação do projeto político focado no neoliberalismo tem a cumplicidade não só de organismos multilaterais, mas também a chancela do poder político da elite brasileira que controla o monopólio do Estado em seu favor, incluindo o uso da força, de modo a garantir que os recursos naturais e outros bens comuns, até então geridos por ele sejam assim disponibilizados para exploração de empresas transnacionais. Principalmente, sem perder de vista que isso está em sintonia com a manutenção de processos históricos de pilhagens na relação centro e periferia, como foi o caso da privatização da telefonia em 1998, de modo a gerar prejuízos cuja análise é objeto de discussão no próximo capítulo.

³ O Consenso de Washington abrangeu 10 áreas: 1. disciplina fiscal; 2. priorização dos gastos públicos; 3. reforma tributária; 4. liberalização financeira; 5. Regime cambial; 6. liberalização comercial; 7. investimento direto estrangeiro; 8. privatização; 9. desregulação; e 10. propriedade intelectual.

3. PERDA TECNOLÓGICA DO SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES

O capítulo anterior discutiu o neoliberalismo sob a perspectiva do projeto político que se efetivou no Brasil ao longo da década de 1990, bem como examinou a luz da teoria da dependência aspectos históricos recentes, de modo a demonstrar que a condição de dependência, colonialismo e subordinação vivenciada pelo Brasil é fruto de uma dominação externa, imposta aos países da periferia, por meio de um capitalismo dependente, que foi ratificado por uma elite local, depois pelo golpe civil-militar de 1964 e aprofundada pelo neoliberalismo. Este capítulo trata do setor de telecomunicações entendido como um caso que o presente trabalho pretende mostrar, ou seja, o de que o neoliberalismo, enquanto projeto de desenvolvimento, do ponto de vista da periferia, das relações de dependência, conforme tratado no capítulo anterior implica em perda da capacidade de decisão de assuntos de interesse nacional, isto é a soberania.

Nesse sentido, a indústria de telecomunicações seria um caso exemplar das implicações do projeto neoliberal para a soberania nacional, e consequentemente, desfavorável ao progresso técnico nacional dessa área, de forma direta e indireta, tendo como foco a privatização da telefonia, em 1998, que através da análise de dados constata queda no faturamento das empresas de capital nacional, enquanto há crescimento nas empresas de capital estrangeiro e aumento na importação de partes e peças, além de examinar o papel do BNDES nesse processo.

3.1 O Caso do Sistema de Telecomunicações

A gênese deste processo sobre desnacionalização da indústria nacional de telecomunicações envolve a compreensão da criação do sistema Telebrás, e nesse sentido vale destacar que a Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel) foi criada em 1965, e que em 1969 já comandava todas as operações e equipamentos de telecomunicações, no âmbito interestadual e internacional (CHAGAS, 2012, apud Fernandes; Chagas, 2019). E na sequência ela foi incorporada a holding Telecomunicações Brasileira S/A, Telebrás, criada em 1972, a partir da Lei nº 5792, e assim teve início à “política de exploração de serviços de telecomunicações”, e isso representou o ponto alto do monopólio estatal nessa área, com o desafio de implantar telefonia em todas as regiões do Brasil, diferente da iniciativa privada que buscou apenas atender regiões com maior retorno financeiro, conforme é visto neste capítulo.

Nesse momento, portanto, é importante evocar o exemplo de que antes do Código Brasileiro de Telecomunicações, em 1962, havia algo entre 800 e 1200 concessionárias municipais, todavia, os locais mais rentáveis estavam entregues às empresas estrangeiras, e nessa direção há o caso emblemático da Companhia Telefônica Brasileira, que apesar desse nome era canadense, e acumulava em torno 66% das linhas telefônicas entre São Paulo e Rio de Janeiro (CROSSETTI, 1995, p. 24 *apud* COLOVAN; LULA, 2017, p.48).

Daí ser pertinente enfatizar que a Embratel foi criada exatamente para solucionar o caos que assolava as telecomunicações do país, até então gerenciada pela iniciativa privada, e que o sistema Telebrás assumiu esse papel visando desenvolver tecnologia nacional nesse setor e assim reduzir a dependência tecnológica, conforme Moreira (1989).

Nessa direção, vale lembrar os objetivos do Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), como parte da política de estratégia do Ministério das Comunicações, (Minicom), durante o governo de Geisel, a saber:

- a) Elevar o índice de nacionalização dos teleequipamentos, materiais e componentes; b) Assegurar o desenvolvimento da indústria de equipamentos, sob controle de capitais brasileiros; c) Reduzir a dependência tecnológica frente às filiais, incentivando o desenvolvimento da tecnologia brasileira (Moreira, 1989, p.67).

Verifica-se, portanto, que durante o governo de Geisel havia uma diretriz voltada para o desenvolvimento tecnológico interno, buscando nacionalizar equipamentos, materiais e componentes de modo a fomentar a indústria brasileira de telecomunicações, além de atenuar a sujeição nacional ao capital estrangeiro, ao menos nesse setor.

Entretanto, por volta de 1974 houve uma reestruturação no Fundo Nacional de Telecomunicações (FNT), que então dava suporte financeiro ao sistema Telebrás, e esse fundo passou a ser gerido pelo ministério da economia, sendo então incorporado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), de modo que os recursos oriundos do FNT financiavam a aquisição de equipamentos para o desenvolvimento do setor, só que houve queda no repasse desses recursos, influenciada por uma crise econômica em 1975, e isso atingiu a expansão das indústrias de telecomunicações (COLOVAN; LULA, 2017).

Esse fundo também partilhava recursos para atender as demandas de empresas vinculadas ao sistema Telebrás em áreas mais subdesenvolvidas. Observa-se então

um aprofundamento da crise na indústria nacional de telecomunicações, a partir da desvinculação do FNT em 1979, e já em 1982 ocorre o encerramento do FND e as receitas do FNT tiveram o tesouro nacional como destino. Isto é, deixou de existir o fundo que foi pensado para prover a nacionalização, expansão e independência do setor de telecomunicações.

Dessa forma, o sistema Telebrás sofreu um descompasso no desenvolvimento verificado até então, dificultando assim a meta de universalizar serviços de telefonia, o que favoreceu o projeto neoliberal pela defesa da privatização no final da década de 1990, como sendo um processo que iria trazer uma série de benefícios à sociedade.

Sendo importante resgatar brevemente a atuação de forma articulada do papel então exercido pelo Estado, na década de 1970, no campo da pesquisa e desenvolvimento (P&D), por intermédio das universidades, sistema Telebrás e indústria. De modo que o primeiro agente estaria responsável pela qualificação da mão de obra, pesquisa, criação da tecnologia e teste em laboratório, já o segundo executaria a instalação e manutenção dos produtos criados, e o terceiro atuaria na fabricação dos equipamentos e componentes (Tapia, 1984 *apud* Moreira, 1984, p.65).

Nesse sentido é imprescindível se observar o papel do Estado no projeto desenvolvimentista na década de 70, através de parcerias com universidades e grupos de pesquisa, por intermédio de programa de desenvolvimento tecnológico envolvendo pesquisadores que posteriormente integrarão o centro de pesquisa da Telebrás, o CPqD criado em 1976, atuando de forma conjunta objetivando um crescimento técnico científico direcionado para a autonomia nacional. Aliás, a dependência tecnológica foi o principal obstáculo a ser superado e identificado pela Telebrás no seu primeiro ano de operação (Moreira, 1989).

O Quadro 1 resume os primeiros convênios e projetos envolvendo a Telebrás e as universidades, no instante em que o Estado detinha o monopólio e ocupava o papel central na fase embrionária de criação e difusão da tecnologia nacional no setor de telecomunicações, como um primeiro passo para resguardar os interesses nacionais, sob diversos aspectos, até então mantidos sob domínio das transnacionais que operavam no Brasil.

Quadro 1 - Convênios da Telebrás

Convênios da Telebrás com universidades e grupos de pesquisa 1973-76			
Ano	Grupo de trabalho	Entidade	Pesquisa
1973	Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia FDTE	USP	Técnicas Digitais de Comutação Eletrônica Temporal e Sobre Telefonia Rural
	Grupo do Departamento de Engenharia Elétrica	FEC/Unicamp	Técnicas Digitais, Multiplex-Modulação por Codificação de Pulsos (MCP)
	Grupos do Instituto de Física	Unicamp	Comunicação Óptica: Lasers Semicondutores
	Centro de Estudos de Telecomunicações da Universidade Católica CETUC	PUC/RJ	Antenas e Radiopropagação
	Grupo do Departamento de Engenharia Eletrônica	ITA/CTA	Radiopropagação
1974	Laboratório de Eletrônica e Dispositivos LED	Unicamp	Microeletrônica
	Projeto Fibras Ópticas junto ao Projeto Laser	IF/Unicamp	Projeto Fibra Ópticas
1975	Laboratório de Microeletrônica LME	USP	Microeletrônica
	Grupo da Faculdade de Engenharia, Referente a Materiais de Grau Eletrônico MGE	Unicamp	Materiais de Grau Eletrônico
1976	Grupo da Divisão de Engenharia Eletrônica	ITA/CTA	Projeto Transmissão de Dados

Fonte: Moreira (1989, p.65)

É possível observar no Quadro 1, o papel central da Telebrás ao impulsionar o desenvolvimento tecnológico nacional através de diversas universidades públicas, em sua maioria, de modo a não só estimular a pesquisa nesse setor, mas também fomentar a formação e ampliação de mão de obra especializada.

3.2 Desenvolvimento sob o Neoliberalismo

Quanto ao papel do BNDES no processo de privatização, cabe um breve resumo. Constata-se no período de 1952 a 1964, que o banco direcionava suas ações para o setor público, com forte atuação nos setores de siderurgia e eletricidade, já entre 1964 e 1970, começa aparecer de forma crescente financiamento para a iniciativa privada, sendo entre 1970 e 1979, o momento em que se constata projetos de âmbito nacional envolvendo empresários. E entre 1980 e 1989, verifica-se que o BNDES passou então a vender as empresas privadas que foram incorporadas a fim de impedir falências (DINIZ, 2004).

Já no início dos anos 90, tem-se aprovada a Lei nº 8031, pelo Congresso Nacional que instituiu o Plano Nacional de Desestatização (PND) e o modelo de legislação adotado no Brasil envolveu a privatização como um processo único, com uma lei geral, algo parecido com o que se verificou na Argentina, mas diferente da Espanha e França que trataram cada empresa isoladamente (DINIZ, 2004).

Por conseguinte, ao iniciar em 1991, o BNDES tem alteração nas regras de empréstimos, passando então a financiar empresas que operam no Brasil com capital estrangeiro, o que complica ainda mais a concorrência de modo desfavorável à indústria nacional (DINIZ, 2004). Assim, através da Emenda⁴ Constitucional nº 6, em 1995, tem-se equiparação entre empresa de capital nacional e estrangeira, dessa forma as filiais das transnacionais que operam no país também passam a ter acesso às agências de fomento e incentivos do governo, além disso, são encerradas as restrições para envio de lucro e pagamentos por tecnologia, envolvendo filiais e matriz no exterior.

Além disso, o PND sofreu modificação e então passou a receber títulos da dívida pública no valor nominal na compra das ações das estatais, diferentemente do que ocorre no mercado, que é aceito com deságio, porque em grande parte esses títulos eram de dívidas não pagas pelo governo e por isso são chamados de moedas podres (DINIZ, 2004).

Sobre a adoção das medidas neoliberais na década de 90, convém resgatar a preocupação de Wilson Cano a respeito das consequências do neoliberalismo no Brasil, a saber:

Decorridos 20 anos da importação do neoliberalismo, seus efeitos mais perversos – insegurança, violência, desnacionalização, maior vulnerabilidade externa, baixo crescimento, deterioração das relações de trabalho, saúde e educação deficientes, corrosão e corrupção política etc. – são hoje mais graves, mas mais percebidos e sentidos por parte da sociedade. (CANO, 2010, p.11).

A leitura de Cano (2010) aponta na direção de que o papel do Estado no desenvolvimento nacional deverá ser revisto com brevidade, além de que a agenda neoliberal implantada agravou seriamente a condição de subdesenvolvimento. Nessa mesma direção, Marina Szapiro (2012) destaca que a onda neoliberal que varreu a América Latina e atingiu o Brasil fortemente na década de 90, resultou em uma

⁴ RONCAGLIA, D. **Constituição não discrimina empresa de capital estrangeiro**. Consultor Jurídico. Disponível em: < https://www.conjur.com.br/2008-nov-13/constituicao_ao_nao_discrimina_empresa_capital_estrangeiro > Acesso em: 27 mai. 2022.

abertura abrupta do mercado nacional, através da redução drástica ou mesmo o fim de barreiras tarifárias e não tarifárias à importação de produtos ligados à tecnologia da informação, o que acabou gerando uma concorrência elevada e consequentemente o fechamento de empresas nacionais, ou essas foram compradas por transnacionais. Nas palavras da autora,

Adicionalmente, cabe destacar que as políticas adotadas no Brasil (e na América Latina em geral) na década de 1990 reduziram substancialmente ou eliminaram as barreiras tarifárias e não tarifárias à importação de produtos da indústria de tecnologia da informação (TI). O aumento da concorrência com equipamentos importados levou muitas firmas nacionais a fecharem ou serem adquiridas por outras empresas, em geral multinacionais (TIGRE, 2000 *apud* Szapiro, 2012, p.156).

Assim, constata-se que a implantação do projeto neoliberal na década de 90 deixou a indústria nacional de Tecnologia da Informação (TI) completamente exposta aos interesses das empresas transnacionais, sem uma barreira mínima que pudesse garantir uma proteção às empresas locais, através de uma transição gradual desse processo. Ao se examinar o processo de desnacionalização da indústria brasileira de telefonia, a partir da participação do capital estrangeiro e nacional, verifica-se em 1988, ano de expressivo crescimento da tecnologia nacional com diversos produtos inseridos na expansão do sistema Telebrás, a participação do faturamento das empresas nacionais no total do mercado foi de 77%, enquanto a empresa de capital estrangeiro era de 23%. Nesse sentido, nota-se que a desnacionalização da indústria de telecomunicações aponta para uma maior participação de capital estrangeiro nas indústrias do setor no país, à medida que ocorre o inverso com o capital nacional desse setor, conforme Szapiro (2012).

Já às vésperas da privatização, em 1997, em que já tinha ocorrido uma boa parte do processo de abertura e liberalização do mercado, a participação da indústria nacional declinou para 41,5%, ao passo que a indústria estrangeira cresceu para 58,5%, em 2000, no entanto, o faturamento da indústria de capital estrangeiro atingiu 91,3% de participação, e a indústria brasileira teve nova queda e chegou a 8,7%. Essa derrocada da indústria nacional de telecomunicações se aprofunda, nos anos de 2003 e 2008, ao atingir 4,3% e 2,8%, respectivamente, ao mesmo tempo em que a participação de mercado das empresas estrangeiras supera 95%, conforme está resumido na Tabela 1.

Tabela 1 - Faturamento das empresas por origem do capital

Participação de mercado das empresas fabricantes de equipamentos de telecomunicações em termos de faturamento, por origem de capital, em anos selecionados (Em %)

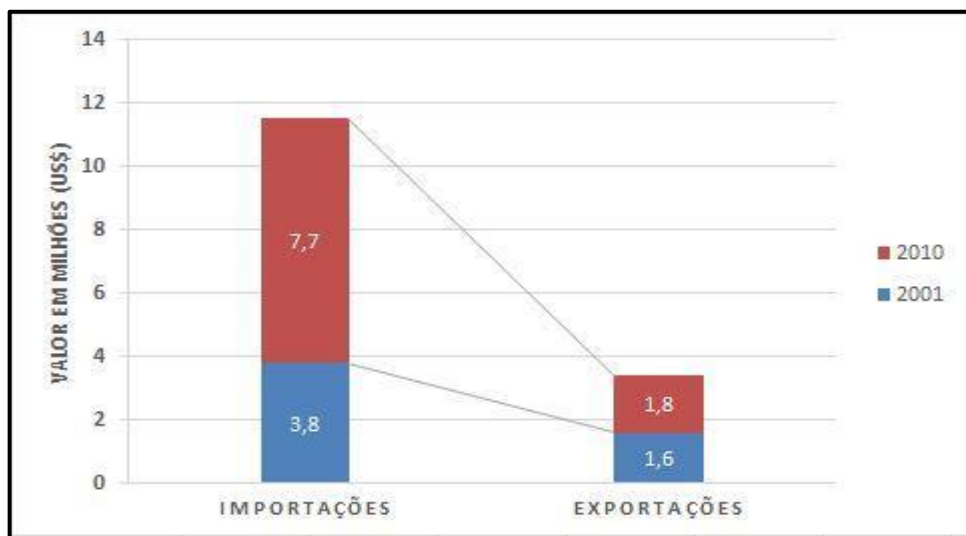
Controle do capital votante	1988	1997	2000	2003	2008
Nacional	77	41,5	8,7	4,3	2,8
Estrangeiro	23	58,5	91,3	95,7	97,2

Fonte: Szapiro (2012, p.157)

Ao se observar os dados da privatização da Telebrás em 1998 e o aumento dos investimentos das operadoras de telefonia, registra-se então déficit crescente da balança comercial da indústria de telecomunicações até 2001, quando chegou a US\$ 2 bilhões. Seguindo a linha do tempo, à exceção do ano de 2005, essa tendência negativa avança até 2010, quando atingiu o patamar mais alto de US\$ 5,9 bilhões, sinalizando dessa forma, um avanço nas importações do setor, em detrimento à indústria nacional que inclusive não tinha condições de concorrência com as subsidiárias das transnacionais que atuavam no país, o que sinaliza para o aprofundamento da dependência nacional, conforme Szapiro (2012).

Dessa forma, destaca a pesquisadora que o processo de privatização da telefonia no Brasil contribuiu para desnacionalização desse setor, em que o Estado saiu da condição de provedor de tecnologia para mero regulador de serviços, de modo a se observar que no ano de 2001 as importações eram de US\$ 3.752,90 milhões, e foram para US\$ 7.688,10 milhões em 2010, no melhor patamar desse período. Enquanto as exportações foram de US\$ 1.551,90 milhões, em 2001, atingindo seu ápice em 2006, com US\$ 3.562,60 milhões e terminando 2010 em US\$ 1.792,10 milhões. Assim, constata-se um déficit de US\$ -2.201, em 2001, e se chega ao pior momento do período com US\$ -5.896 milhões em 2010, de acordo com Szapiro (2012). De modo que o Gráfico 1 ajuda na comparação quanto ao crescimento das importações e exportações, considerando apenas os extremos do período, ou seja, 2001 e 2010.

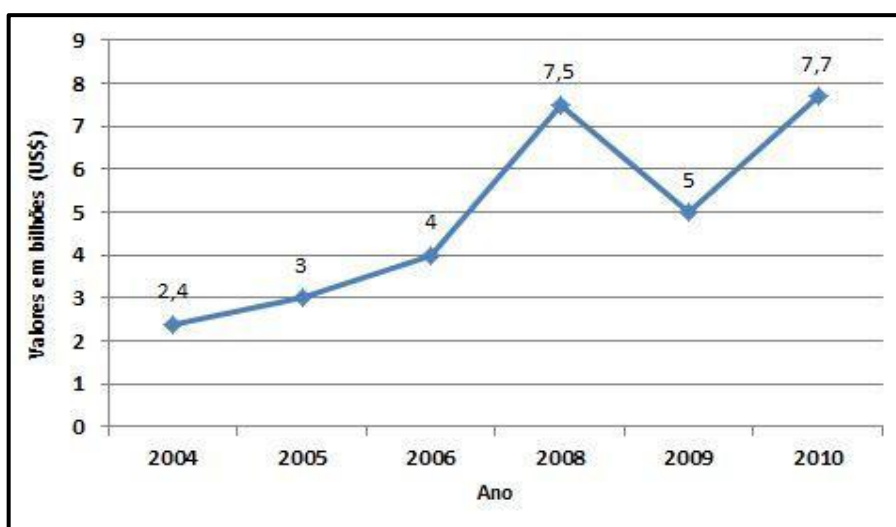
Gráfico 1 - Importação x Exportação



Fonte: Autoria própria.

Nesse contexto, também é possível registrar o aumento nas importações de equipamentos de telecomunicações entre 2001 e 2010, no qual se verifica que esse processo está vinculado à retomada de crescimento do setor, que teve paralisado entre 2002/2003, além de ter sofrido uma crise geral entre 2001 e 2003. De modo que a partir de 2004, tem-se investimento das operadoras de telefonia e então reinício do crescimento, que coincide com incremento nas importações de equipamentos para o setor, atingindo a US\$ 2,4 bilhões em 2004, e chegando a US\$ 3 bilhões em 2005. Já em 2006, as importações vão a US\$ 4 bilhões. Em 2008, as importações ficam em torno de US\$ 7,5 bilhões, com retração para US\$ 5 bilhões em 2009, e US\$ 7,7 bilhões em 2010, como indica o Gráfico 2, segundo dados de Szapiro (2012).

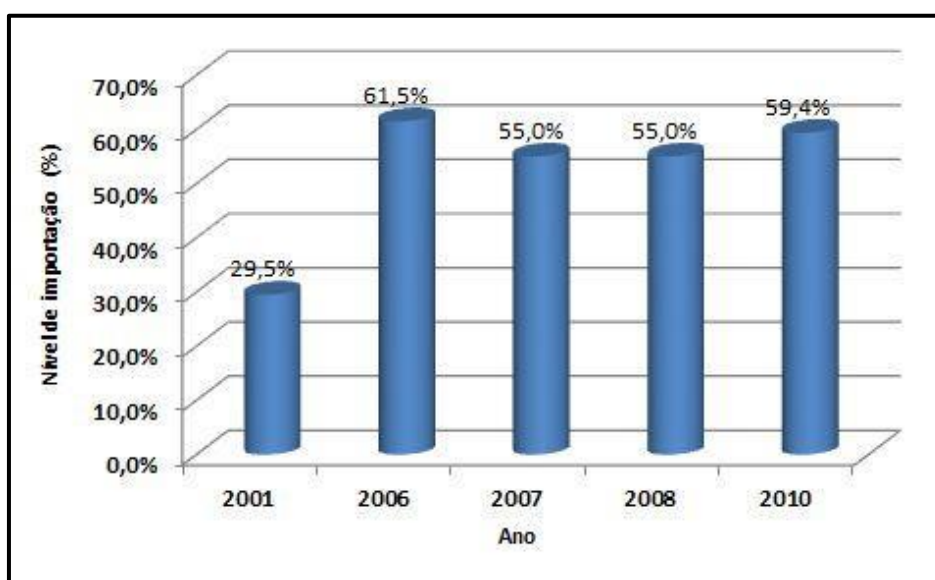
Gráfico 2 - Importações entre 2004 – 2010



Fonte: Autoria própria.

Segundo Szapiro (2012), também é possível a constatação do aumento das importações envolvendo partes e peças que atendem a demanda dos equipamentos ligados à multiplexação⁵, comutação e transmissão dentro do conjunto das importações do setor, no período entre 2001 e 2010. Em 2001, por exemplo, essa importação sobre partes e peças era de 29,5%, em 2006 chegou em 61,5%. Houve uma queda em 2007 e 2008, ficando em torno de 55%, e atinge o patamar de 59,4% em 2010, conforme indica o Gráfico 3:

Gráfico 3 - Importações envolvendo partes e peças



Fonte: Autoria própria.

Após o processo de privatização da telefonia, seguindo-se essa trilha através das novas operadoras de telefonia, incluindo as que já operavam no Brasil e compraram as concessionárias locais ou mesmo obtiveram licença para explorar serviços, constata-se que elas têm planos globais para entregas de produtos (TIGRE, 2000; PORTO, et al., 2000 apud SZAPIRO, 2012, p.156). De modo que isso sinaliza que elas procuram operar dentro de uma lógica de escala envolvendo os pedidos de equipamentos, já que atuam em diversos mercados (SZAPIRO 2005, apud SZAPIRO,

⁵ Mesmo com a digitalização do sinal analógico, ainda é preciso maximizar a transmissão do mesmo de um ponto a outro e essa maximização é feita através da multiplexação, que nada mais é do que, a transmissão simultânea de dois ou mais elementos, sinais, de informação utilizando o mesmo meio de transmissão.

2012, p. 156) o que acaba contribuindo em alguma medida, para o declínio da indústria nacional.

Dados da Associação Brasileira da Indústria e Elétrica Eletrônica (ABINEE), também corroboram com uma avaliação crítica sobre o declínio da indústria brasileira de telecomunicações, por intermédio do relatório *Proposta para uma nova Política industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior*, divulgado em 2008, de modo a demonstrar a desnacionalização da manufatura de componentes básicos, provocando assim o definhamento da indústria brasileira de hardware, que via de regra é “verticalizada”⁶ (MIRANDA; MELLO, 2012, p.125).

Verifica-se então, como resultado desse processo de internacionalização da indústria brasileira de telecomunicações, apenas o papel de uma indústria que foi reduzida à mera condição de montadora, que importa e adota toda inovação, com o mínimo ou nenhum protagonismo na criação e desenvolvimento de tecnologia nacionais, algo bem diferente do que já foi verificado no sistema Telebrás, antes do projeto neoliberal aplicado à telefonia.

Esse cenário negativo da indústria de telecomunicações também pode ser verificado através de dados da ABINEE, em 2010, ao se examinar a balança comercial desse setor, resumida na Tabela 2.

Tabela 2 - Números da balança comercial no setor de telecomunicações⁷

Números da balança comercial no setor de telecomunicações (Em US\$ milhares)				
Parâmetro	2008	2009	2010	Var. 2009-2010 (em %)
Faturamento do setor de telecomunicações	21.546	18.367	16.714	-9 ¹
Exportações do setor de telecomunicações	2.540	1.701	1.382	-19
Exportações de telefones celulares	N.d.	1.433	1.058	-26 ²
Importações do setor de telecomunicações	3.203	2.331	2.789	20
Importações de componentes de telecomunicações	N.d.	2.473	4.689	90

Fonte: Miranda e Mello (2012, p. 126)

Assim, nota-se na Tabela 2 uma queda crescente no faturamento do setor de telecomunicações entre 2008 e 2010, e com destaque para um forte crescimento nas

⁶ Em uma indústria verticalizada, toda a cadeia de valor e de produção de um determinado equipamento está concentrada em uma única corporação. Na indústria de telecomunicações, até a globalização da economia mundial, esta era a norma.

⁷ 1. Único dos setores da indústria eletroeletrônica a apresenta queda. 2. Menor queda entre todos os produtos do setor de eletroeletrônicos mencionados no relatório.

importações de componentes de telecomunicações, de modo a atingir uma variação de 90% entre 2009 e 2010. Desse modo, o projeto neoliberal garante sua reprodução através da acumulação por espoliação, ao redefinir o papel do Estado e se apropriar do patrimônio público de países da periferia do capitalismo, conforme já discutido com Harvey.

Sem qualquer digressão, é oportuno introduzir nesse debate que o caso da baixa disponibilidade de banda larga no país está imbricado com a privatização da telefonia, de modo que se confirma isso ao se examinar a motivação que levou o governo a reativar a Telebrás, através do Decreto nº 7.175, de 12 de maio de 2010, por intermédio do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), com objetivo de inclusão social, a princípio. Todavia, verifica-se então já existir em 2008, dados que apontam para uma baixa densidade da implantação de banda larga no Brasil, resultante exatamente da falta de interesse das operadoras por envolver regiões pobres e com baixa densidade populacional (Fernandes; Chagas, 2019), deixando o Brasil bem abaixo da média mundial nos anos de 2006, 2007 e 2008, sendo a média internacional e brasileira, respectivamente, 4,3/3; 5,1/4,1; 6,1/5,3. Conforme mostra o Gráfico 4.

Gráfico 4 - Densidade da implantação de banda larga no Brasil



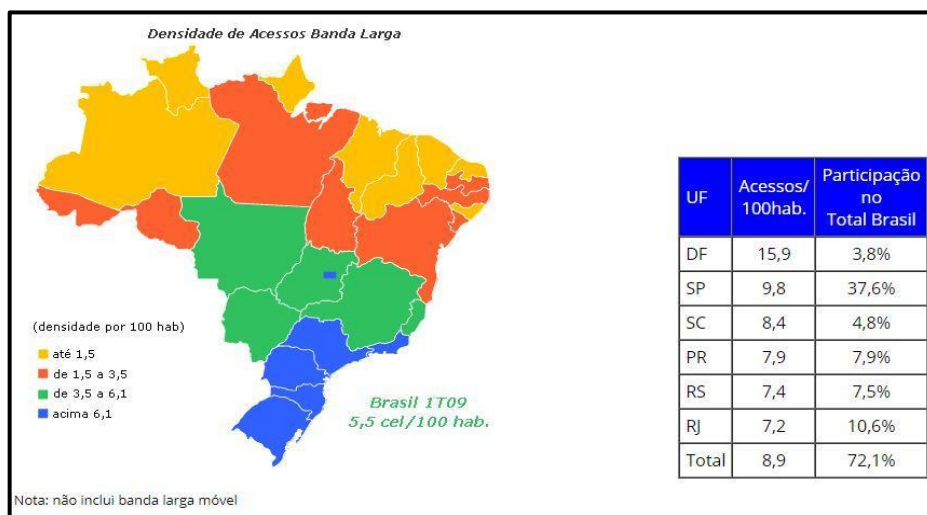
Fonte: TELECO (2009)

Os dados da TELECO⁸ ainda sinalizam que o Brasil perdeu para México (7,1 acessos/100 hab.) e Argentina (8,0 acessos/100 hab.), e ficou na posição 67ª no ranking mundial em densidade de Banda Larga. Já se for observada a figura 1, nota-

⁸ TELECO. **Densidade de Banda Larga do Brasil está abaixo da média mundial.** Disponível em: <<https://www.teleco.com.br/comentario/com320.asp>> Acesso em: 02. mar. 2022

se uma visão geral envolvendo todas as regiões, bem como os Estados com maior concentração de banda larga do Brasil.

Figura 1 - Densidade de Banda Larga Fixa no Brasil



Fonte: TELECO (2009)

Ao analisar a Figura 1, percebe-se a disparidade entre as regiões Sudeste, Sul, e DF, que têm média de densidade do serviço de banda larga acima de 6,1 através da comparação com parte do Norte e Nordeste, que apresentam média de densidade de banda larga de até 1,5 (acesso 100/hab.). Além disso, é importante complementar que as unidades da federação indicadas com maior densidade de banda larga atingem 45,5% da população, e representam 72,1% dos acessos de banda larga no Brasil, enquanto outras unidades com densidade de 2,9 (acesso 100/hab.), abaixo da média mundial, que correspondem a 27% dos acessos de banda larga, atingem 54,5% da sociedade (TELECO, 2009).

A importância da banda larga de qualidade e eficiente foi ratificada pelo Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), vinculado ao Comitê Gestor da Internet (CGI.br), através de estudo divulgado em 2018, apontando a banda larga de alta velocidade como sendo indispensável para o desempenho de empresas, sociedade civil e governos, além de sinalizar como essencial para setores estratégicos como educação, saúde, segurança e cultura (FERNANDES; CHAGAS, 2019).

Ao se retomar o papel do Estado no projeto neoliberal através do processo de privatização da telefonia, verifica-se então que ocorreram empréstimos do BNDES aos compradores das estatais. Dessa forma, têm-se empresas transnacionais usando recursos de um banco público para comprar empresas estatais que vão concorrer

contra empresas nacionais. Inclusive em 1998, ocorreu registro de um aumento significativo nos valores de financiamentos, que foi de US\$ 16,34 bilhões, contra US\$ 3,2 bilhões em 1993 (DINIZ, 2004).

Seguindo a trilha das facilidades ao processo de privatização do sistema Telebrás, ao mesmo tempo em que cresciam as dificuldades à indústria local, em plena contramão do interesse público, envolvendo mais do que retrocessos para o desenvolvimento da indústria nacional desse setor, verifica-se então uma subordinação da União à exploração de lucro pelos compradores das estatais de telefonia, procedimento esse que evidencia a lógica de acumulação por espoliação já examinada por Harvey.

Nesse sentido, cabe resgatar que houve decreto presidencial ainda em 1989 proibindo o BNDES de emprestar dinheiro para empresas estatais, e que o governo Fernando Henrique Cardoso investiu R\$ 21 bilhões no sistema Telebrás, entre 1996 e 1998, mesmo após a privatização já está decidida, e desse total, R\$ 5 bilhões foram gastos ainda no primeiro semestre de 1998. Enquanto, o governo arrecadou R\$ 22 bilhões com o leilão da venda do sistema Telebrás, consumado em 29 de julho de 1998 (BIONDI, 1999).

Ainda nesse contexto desfavorável ao patrimônio público, soma-se o fato de outras providências tomadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso antes da privatização, de modo a aprofundar a submissão nacional numa relação comercial desequilibrada na desestatização da telefonia, de forma que o governo federal assumiu a dívida das estatais, isso foi regra geral, ou seja, essa prática se repetiu também com a venda de outras empresas públicas na época, de maneira que o governo demitiu, indenizou os trabalhadores e ainda ficou com o encargo dos fundos de pensão vinculados às respectivas empresas (BIONDI, 1999). As palavras de Wilson Cano também apontam nessa mesma direção, a saber que:

[...] a privatização de ativos públicos foi anunciada como restauradora da ineficiência estatal, redutora de custos e preços, e geradora de recursos “para o pagamento da dívida”, mas a realidade seria bem diferente. Cerca de 100 unidades foram privatizadas, entre empresas, bancos, jazidas de petróleo e outras instituições públicas, encarregando-se o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, para ser seu “gestor”, denegrindo sua imagem construtora nacional. [...] A quantia apurada pela privatização de ativos federais somou US\$ 46,1 bilhões (o total nacional foi de 68,5), valor equivalente a 1,2% do PIB médio anual de 1991 a 1998, quantia pequena demais para enfrentar o pagamento da dívida pública, que, como falei mais acima, atingiria quase 70% do PIB em 2002! Mas, na verdade, a operação foi ainda mais barata pois: [...] para “embelezar a noiva”, o Estado teve que realizar altos investimentos prévios em várias dessas empresas, que totalizaram o equivalente a US\$ 23,9 bilhões, entre 1991 e 1998, que,

obviamente, não foram repassados aos compradores [...] (CANO, 2017, p. 283-284).

Dessa forma, numa abordagem geral sobre as empresas privatizadas entre 1991 e 1998, Wilson Cano aponta para um gasto público sob a forma de investimento nas estatais a serem privatizadas. Esse valor não entrou na conta da venda dessas empresas, de modo que o Estado saneou essas estatais e efetivou a privatização na sequência, sob a égide do discurso neoliberal de ineficiência do Estado, diminuição de custos, criação de caixa através da venda das estatais e assim realizar pagamento da dívida externa, dentre outras ações afins.

Assim, há elementos suficientes para se concluir que a implantação do projeto político baseado no neoliberalismo atingiu várias áreas, que vão além do setor industrial de telecomunicações, de forma que o retrocesso e perdas transcenderam a indústria nacional de telecomunicações, afetando assim a autonomia brasileira, o interesse público, aumentando a dependência tecnológica e consequentemente atingindo a soberania nacional, que inclusive é objeto de debate no capítulo seguinte.

4. DESNACIONALIZAÇÃO DA INDÚSTRIA DE TELECOMUNICAÇÃO SOBRE A SOBERANIA NACIONAL

O capítulo anterior abordou os elementos que sinalizam para o declínio da indústria nacional de telecomunicações, por intermédio da privatização da telefonia em 1998, resultado do aprofundamento da dominação pelos países de capitalismo avançando sobre a periferia, principalmente, sob a forma de um projeto político que tem o neoliberalismo em seu cerne.

O presente capítulo apresenta uma argumentação fundamentada nos elementos discutidos nos capítulos anteriores, que em alguma medida contribuíram com a lógica de exploração do projeto neoliberal efetivado no país nos anos 90 e que concorreram para fragilizar a autonomia nacional, mediante o agravamento da dependência tecnológica, através de decisões e escolhas políticas que favoreceram empresas transnacionais, em detrimento da indústria local do setor de telecomunicações, por intermédio da desnacionalização telefônica em 1998.

O neoliberalismo é uma roupagem nova para a reprodução de um processo histórico de dominação exercido contra nações da periferia, pelos países que controlam a economia mundial, de modo que sua implantação promoveu o desmonte

da indústria nacional de telecomunicações, e assim mediante a privatização, o protagonismo desse setor foi transferido para a iniciativa privada, que objetiva lucro, enquanto o Estado que atua voltado para o interesse coletivo, ficou então no papel de regulador de serviços.

E assim o Brasil perdeu em grande medida, sua capacidade de decisão sobre o processo de criação, desenvolvimento e produção industrial no setor de telefonia, considerado estratégico, já que esse processo é realizado na matriz das transnacionais que operam no país, e aqui quando muito atua na montagem dos equipamentos, conforme já foi discutido, o que torna imprescindível um debate sobre a soberania nacional.

4.1 Soberania sob o Projeto Neoliberal

Ao se observar os preceitos democráticos, verifica-se que o conceito de soberania popular de Jean Jacques Rousseau aponta na direção de participação dos cidadãos no que tange às questões públicas, de modo que a evolução histórica e aprofundamentos dos princípios democráticos acabaram conduzindo para a teoria da soberania nacional, sendo então a nação possuidora da autoridade soberana. E, nessa interpretação tradicional de soberania popular há muitos fragmentos de soberania que unidos formam um todo, um corpo único, que juntamente com a soberania, modifica-se em uma “pessoa privilegiadamente soberana: a nação”, de modo que:

Povo e Nação formam uma só entidade, compreendida organicamente como ser novo, distinto e abstratamente personificado, dotado de vontade própria, superior às vontades individuais que o compõem. A Nação, assim constituída, se apresenta nessa doutrina como um corpo político vivo, real, atuante, que detém a soberania e a exerce através de seus representantes (BONAVIDES, 2005, p.167).

Dessa forma, nação e povo se fundem e criam outro ser que se destaca por apresentar o atributo da vontade própria, acima, portanto, das frações dos desejos individuais que lhe deram origem. E nessa direção o artigo 3º da *Declaração Universal dos Direitos do Homem* de 1789, afirma que “o princípio de toda a soberania reside essencialmente em a Nação” de modo que “nenhuma corporação, nenhum indivíduo pode exercer autoridade que dela não emane expressamente” (BONAVIDES, 2005, p.168).

Assim, cabe se verificar o que é compreendido como soberania, e aí Norberto Bobbio (1998, p. 1179) ajuda ao definir: “em sentido lato, o conceito político-jurídico de Soberania indica o poder de mando de última instância, numa sociedade política [...]”. Enfatizando, assim, como ponto pacífico a Soberania como poder absoluto, perpétuo, imprescritível, inalienável e indivisível. E modernamente, esse autor destaca ainda que esse conceito está imbricado com a noção de território e povo, o que significa também “em toda sua plenitude, o poder estatal, sujeito único e exclusivo da política”.

Dessa maneira, verifica-se existir no projeto político adotado no Brasil na década de 90, uma consequência negativa que afeta a autodeterminação da nação, além da desnacionalização, de modo a inviabilizar o desenvolvimento com tecnologia nacional de forma articulada com empresas de telefonia nacionais, universidades e indústria local, a exemplo do que foi discutido e resumido no Quadro 1, já que muitas empresas fecharam após a abertura brusca do mercado ou foram compradas por transnacionais. Nessa direção, vale destaca a preocupação de Luís Fernandes:

O segundo aspecto que eu queira destacar, e que tem grande importância para o Brasil e para a América Latina, é o dos impactos negativos do projeto neoliberal sobre a capacidade dos nossos povos comandarem soberanamente o desenvolvimento dos seus próprios países. A adoção deste projeto implica no desmonte de instrumentos fundamentais de defesa da soberania nacional, que, bem ou mal, foram erguidos no período de *industrialização via substituição de importações*. O neoliberalismo, aqui, se apresenta como *inimigo* do nacionalismo, diferentemente do que ocorre na Europa ou nos EUA (FERNANDES, 1995, p. 57).

Nota-se, por conseguinte, que o projeto neoliberal aprofunda a dependência dos países da periferia do capitalismo em relação aos países do centro, a partir do desmonte industrial do setor de telefonia, fragilizando assim a autonomia nacional por intermédio da privatização que inclusive privilegiou o lucro dos compradores, já discutido e que se enquadra no processo de acumulação por espoliação, apresentado por Harvey. Também merece destaque a distorção envolvendo a abordagem sobre nacionalismo nos países da periferia e o que acontece na Europa e EUA, de modo que isso expõe a replicação de uma lógica de dominação que atua criando novas subjetividades e ressignificados, o que dialoga com o modo de agir do projeto neoliberal já examinado.

Ao se refletir sobre soberania e a perda de autonomia do setor telefônico, há de se levar em conta a interdependência global, envolvendo mercados financeiros, disputas tecnológicas, concorrência comercial, espionagem industrial e entre

governos, e nesse último teve-se o caso da então Presidente Dilma Rousseff⁹ e sua comitiva que foram espionados pela Agência Nacional de Segurança (NSA) dos EUA, o que não significa que alguma tecnologia de comunicação desenvolvida localmente seja inviolável, todavia parece razoável presumir que esse processo se torna mais vulnerável caso o país desenvolvedor dessa tecnologia venha apresentar conflito de interesses com a nação que a importa.

A vulnerabilidade da soberania nacional frente ao neoliberalismo também é preocupação de Wilson Cano, que ao se debruçar sobre os prejuízos para o Brasil durante a década de 90, por conta da onda de privatizações, comenta ele:

Mas o maior deles, talvez tenha sido a forte diminuição de controle do Estado sobre setores estratégicos para o desenvolvimento nacional. Ou seja, processo decisório nacional perdeu mais alguns graus de soberania. O Neoliberalismo nos impôs restrições traumáticas, como as da abertura comercial e da financeira; o câmbio valorizado, para conter a inflação; juros elevados para atrair capital externo para enfrentar o desequilíbrio de balanço de pagamentos. [...] Isto é uma verdadeira “camisa de força” para a política econômica, impedindo ou dificultando a realização de suas políticas específicas, dado que estas não conseguem compatibilizar suas metas e instrumentos com os da macroeconomia. [...] Como nossa dependência externa aumentou sobremodo, grande parte das decisões de investir passou ao capital externo, o qual, por exemplo, poderá ou não estar interessado em atender objetivos fixados por uma política regional ou industrial. [...] Mas é necessário lembrar que isso não foi uma imposição via uso de força, e sim uma deliberada cessão gratuita de soberania nacional (CANO, 2017, p. 284-285).

É possível se verificar a partir dos comentários de Cano que a redução na capacidade de decidir sobre os rumos do desenvolvimento de setores estratégicos degradam a soberania do país, de modo que a série de medidas econômicas que vieram por intermédio do processo de abertura do mercado decretado pelo neoliberalismo acabou por colocar o Brasil numa “camisa de força”, e assim o conduziu a reduzir ou paralisar suas políticas econômicas específicas, de maneira a prejudicar o alcance de metas e inviabilizar os instrumentos vinculados à macroeconomia. Sem esquecer que a implantação desse projeto neoliberal passou pelo apoio de uma elite local.

E diante do aprofundamento da dependência com este processo de privatização, continua Cano, e já discutido no capítulo 1, o Brasil então se submeteu à incerteza do

⁹ VIANA, NATHALIA. **WikiLeaks: NSA espionou assistente pessoal de Dilma e avião presidencial.** Agência de Jornalismo Investigativo. 04. jul. 2015. Disponível em: < <https://apublica.org/2015/07/wikileaks-nsa-espionou-assistente-pessoal-de-dilma-e-aviao-presidencial/> > Acesso em: 20. abr. 2022

interesse do capital externo para assim tentar cumprir metas de uma política desenhada localmente. E finalmente, o autor enfatiza que todo esse processo não foi fruto de imposição da força, mas sim uma transferência gratuita de soberania nacional. Destacando ainda o autor, que Rússia, China e Índia se negaram a abrir suas contas de capital do Balanço de Pagamento, e como medida de proteção às suas indústrias, Tanzânia e Nigéria.

A própria discussão da soberania é mais um elemento a comprovar que o projeto neoliberal em curso já transcendeu a desnacionalização da indústria de telecomunicações, incluindo aumento das desigualdades sociais, violência, baixo crescimento, deterioração das relações do trabalho, saúde, educação, vulnerabilidade externa, dentre outros efeitos já abordados por diversos autores. E essa direção também é seguida por Wendy Brown

Em outras palavras, liberar o capital para caçar mão de obra barata, recursos e paraísos fiscais em todo o mundo inevitavelmente gerou padrões mais baixos para as populações da classe trabalhadora e da classe média no Norte global, exploração contínua e limitações à soberania, acompanhadas por um desenvolvimento (desigual) no Sul global (BROWN, 2019, p.30).

A autora destaca a exacerbação do lucro através de isenções de taxa em paraísos fiscais, piora na qualidade de vida, consequência de altos índices de desemprego e mão de obra barata em abundância, além de maior desigualdade. E esse contexto dialoga com Michael Foucault, quando ele alertou que o neoliberalismo não se resume a uma agenda econômica e na ampliação do capital, mas sim se trata de uma “nova racionalidade política”. De modo que a lógica do mercado passa então a tomar conta do governo e Estado, e até gerencia esse governo por intermédio de entidades políticas (FOUCAULT, 2008 *apud* BROWN, 2019, p. 30).

4.2 Soberania, Democracia e Neoliberalismo

Como já abordada, a gama de efeitos da implementação do neoliberalismo cria formas de ingerências que afetam à soberania nacional e isso foi demonstrado pelo debate com diversos autores ao longo dessa discussão, de maneira que através de uma análise orgânica envolvendo as ideias e consequências do projeto neoliberal é possível inferir que há riscos concretos no presente para a democracia. Aliás o próprio Hayek já deixou claro que os princípios democráticos e a autonomia do indivíduo podem ser inconciliáveis, “se a maioria democrática decidisse interferir com os direitos

incondicionais de cada agente econômico de dispor de sua renda e de sua propriedade como quisesse” (HAYEK, 1944 *apud* ANDERSON, 1995, p. 20).

Esse entendimento de que o avanço do neoliberalismo é uma ameaça à democracia também é seguido por Wendy Brown ao apontar para atuação do neoliberalismo por intermédio de duas abordagens, no contexto dos EUA, a saber: “desmantelamento da sociedade” e pelo “destronamento da política”. Sendo que na primeira averiguação ela destaca os pilares da democracia, vivenciados pelos atenienses como sendo:

A isegoria, o direito igual de cada cidadão de falar e ser ouvido pela assembleia em assuntos de política pública; isonomia, igualdade sob a lei; e isopoliteia, votos igualmente ponderados e iguais oportunidades de assumir cargos públicos (BROWN, 2019, p.34).

A autora enfatiza que os cidadãos de Atenas tinham grande apreço pela liberdade, porém havia a compreensão de que a democracia está centrada na igualdade. Aponta ainda a democracia como sendo a instituição mais frágil da modernidade europeia, comparada ao Estado-nação e ao capitalismo. E alerta como imperativo para a defesa da democracia, que exista um empenho constante a fim de evitar que o poder econômico, seja ele individual ou por intermédio de uma empresa, venha controlar o poder político em seu favor, e assim dificultar ou obstruir o acesso de populares, pessoas menos favorecidas e os historicamente excluídos no engajamento de demandas políticas, incluindo votarem.

Assim, na perspectiva de Estado-nação e capitalismo, a recomendação para que a democracia não seja cooptada por interesses contrários à coletividade é impedir que o mercado e seus agentes venham a governar, e que suas ações sejam delimitadas através da igualdade política, que é o cerne da democracia. E esse contexto democrático deverá estar amparado por suporte estatal no sentido de disponibilizar bens públicos, atendimento essencial à saúde e educação, além de criar mecanismo para combater a corrupção por aqueles que detêm o poder econômico (BROWN, 2019).

Nessa escalada por dominação absoluta pelo mercado, o neoliberalismo ataca frontalmente demandas sociais e chega ao ponto de negar a existência da ideia de sociedade, e nesse contexto há inclinação de se colocar a questão social como algo ligado a benevolência com pessoas menos favorecidas, justiça ou mesmo a algum sentimento quanto ao risco de caos social. Todavia, a questão central é que a

democracia impõe dedicação para se construir um povo que possa se autogovernar, e esse empenho aponta que as desigualdades sociais e econômicas afetam a igualdade política. Nas palavras da Wendy,

À medida que o ataque ao social derrota a compreensão democrática de sociedade zelada por um povo caracterizado pela diversidade e habilidade a governar a si de forma igualitária e compartilhada, a política se torna um campo de posicionamento extremo e intransigente, e a liberdade se torna um direito de apropriação, ruptura e até mesmo destruição do social (BROWN, 2019, p. 39).

A autora então sinaliza que o caminho seguido por Hayek visa enfraquecer a democracia, mediante a desconstrução do entendimento que se tem sobre o social, e a sociedade, bem como o uso exacerbado da liberdade, de modo a fomentar uma cidadania cada vez mais distante da democracia e assim criar espaço para um Estado menos democrático.

Já na segunda abordagem sobre o avanço do neoliberalismo contra a democracia, que Wendy Brown chama de “a política deve ser destronada”, ela destaca a empreitada de Hayek contra os legisladores, de modo a limitar sua autoridade e, assim, criar um mecanismo de defesa da “democracia contra si mesma” (BROWN, 2019, p.67), advoga ele. E nessa discussão, a autora indica que contrariamente ao posicionamento de outros pensadores como Schmitt e Arendt, o político não dispõe de atributos permanentes na linha do tempo, nem está livre do controle de outros poderes, mas que sofre uma gama de influências de ordem econômica, social cultural e religiosa. Sendo imperativa destacar que a dimensão da democracia está imbricada com a atividade do parlamentar, sendo aquela compreendida como governo pelo povo, de modo a ser impensável a existência de democracia sem político.

Nessa direção, o neoliberalismo busca distanciar o político da democracia, impondo restrição à sua autonomia política de maneira a criar barreiras contra o avanço de demandas democráticas, tudo isso visando impedir qualquer ação política que venha afetar a liberdade do mercado. E para obter êxito nesse propósito, os neoliberais instituem Estados e entidades supranacionais despolitizadas, aprovam legislação que defendem a economia global, através de gestão centrada em fundamentos de negócios e indivíduos direcionados pela vontade e “disciplinados pelo mercado e pela moral” (BROWN, 2019, p.69).

Através do avanço da antipolítica neoliberal, verifica-se uma iniciativa incessante para se construir uma nova relação entre economia e Estado, de maneira a impor limitação à democracia, e nesse sentido, Hayek e Milton Friedman defendem a

contenção rígida do político dentro dos interesses neoliberais, isto é, evitar que as liberdades individuais, o mercado e a moralidade tradicional sejam afetados por ações e poderes inerentes à esfera política. Tendo-se dessa forma, uma sujeição da autonomia política aos interesses do mercado, através de um controle exercido pela economia.

Essa trilha de embate e cerceamento da democracia pelo neoliberalismo é demonstrada de forma que:

A versão excepcionalmente rarefeita da democracia que o neoliberalismo tolera é apartada da liberdade política, da igualdade política, do compartilhamento de poder entre cidadãos, da legislação voltada para o bem comum, das culturas de participação e de qualquer noção de interesse público que vá além da proteção às liberdades e à segurança individuais (BROWN, 2019, p. 77).

Assim, nota-se que reside na essência das ideias neoliberais uma incompatibilidade frontal com o processo democrático, de forma que o neoliberalismo busca restringir a liberdade e igualdade políticas, afastando qualquer empoderamento do cidadão, bem como alguma ação política imbuída de interesse da coletividade, exceto medidas que visam garantir as liberdades e resguardar os indivíduos.

Esse capítulo examinou os efeitos do neoliberalismo sobre a soberania nacional, à luz das discussões dos capítulos anteriores, debatendo o aprofundamento da dependência tecnológica, a partir da privatização da telefonia em 1998, e a consequente perda de autonomia do Brasil sobre a decisão envolvendo pesquisa e desenvolvimento no setor de telecomunicações, além de se analisar que a essência, agenda e ações do neoliberalismo corroem não só a soberania brasileira, mas carregam em sua centralidade um projeto de desmonte da democracia.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve início com uma preocupação em relação ao entendimento do que aqui foi definido como projeto neoliberal, para a partir daí entender suas relações com o processo de privatização, desnacionalização e enfraquecimento da soberania nacional. Intentou-se evidenciar e examinar o projeto político que transcende o processo de venda das empresas estatais telefônicas em 1998, exatamente por se tratar de mais um avanço do capitalismo, agora sob a égide do neoliberalismo. A saber que esse projeto redirecionou o papel do Estado em favor da iniciativa privada local e estrangeira, de forma que isso não se restringiu apenas ao procedimento de venda das empresas nacionais.

Assim, trazendo à luz de outras dimensões da discussão, este estudo demonstrou que a década de 90 foi marcada pelo desmonte do projeto desenvolvimentista no Brasil. Também, que a implementação e permanência do projeto neoliberal continua a gerar mudanças sociais, econômicas e políticas profundas, a partir da então alteração na legislação de forma a possibilitar práticas contrárias aos interesses nacionais. A exemplo do investimento pesado da União nas estatais quando o processo de privatização já estava decidido, aparelhamento do BNDES como agente privatizador realizando empréstimos aos compradores, aceitação de moedas podres sem deságio, dentre outras práticas de acumulação por espoliação.

Com efeito, através da implantação e manutenção desse projeto neoliberal, verifica-se novamente a convivência da elite local em favorecer interesses externos, em grande medida, dialogando assim com o processo histórico de subalternidade e dependência do Brasil em relação aos países do centro do capitalismo, principalmente EUA, o que inclusive foi defendido academicamente pelo então sociólogo Fernando Henrique Cardoso na década de 70.

O processo da privatização da telefonia em si aprofundou a desnacionalização, gerou fechamento de empresas nacionais, aumentou as importações do setor de equipamentos de telecomunicações ao passo que reduziu as exportações desse setor. Além disso, diminuiu o faturamento das empresas de capital nacional ao mesmo tempo que se constata elevação no faturamento das empresas estrangeiras. O que sinaliza para agravamento de problemas sociais, incluindo deterioração das relações de trabalho, bem como o enfraquecimento do Estado no controle de um setor estratégico. Já que o país foi transformado em montador de equipamentos, ao ser redirecionado de seu protagonismo no desenvolvimento de tecnologia nacional em favor do mercado, quando desativou o centro de pesquisa da Telebrás, que atuava de forma imbricada com universidades e indústrias nacionais, antes da privatização.

Ao se analisar o contexto de criação da Embratel no começo da década de 60 e a recriação da Telebrás em 2010, verifica-se em comum o fato de a iniciativa privada ser seletiva na sua atuação, de forma a procurar atender apenas as regiões com boa expectativa de lucro, ou seja, quando o local envolvido na prestação de serviço for de baixa renda, então o Estado deverá se fazer presente e aí neste caso não vale o discurso neoliberal de Estado mínimo ou não intervenção estatal. Isso significa, então, que a reorientação no papel do Estado pelo projeto neoliberal visa atender interesses

econômicos privados, principalmente estrangeiros, em detrimento do desenvolvimento nacional, o que contribui para a continuidade da lógica de exploração e subserviência da periferia aos ditames da hegemonia do capitalismo.

A inserção e expansão do projeto neoliberal no Brasil se deram através do discurso da demonização do Estado, com forte apelo a ineficiência que então seria superada pela excelência em gestão e eficácia da iniciativa privada, através da privatização, demonstrando assim seu modo de agir por intermédio da construção de novas subjetividades e ressignificados, criando dessa maneira uma gramática própria e voltada para o fortalecimento do mercado e a lógica de uma sociedade centrada no indivíduo, a exemplo da ideia de meritocracia propagada pelos neoliberais. De modo a efetivar no senso comum um conjunto de ideias antidemocráticas, individualistas e contrárias ao nacionalismo, de maneira a desconstruir e combater qualquer reação ao avanço neoliberal, o que sinaliza para a permanência e profundidade das mudanças produzidas pelo projeto político adotado.

As transformações introduzidas pelo projeto neoliberal debilitaram a capacidade de decisão do Brasil para além do efeito na desnacionalização do setor de equipamentos de telecomunicações. Ressaltando-se que o processo de privatização foi tratado através de uma lei geral e atingiu estatais de vários setores. Isso aponta para uma forma de ingerência diante da incapacidade de autodeterminação do país em alguns setores, o que significa limitação na soberania nacional. De forma que aliado a isso, há no cerne desse projeto neoliberal a busca incessante para limitar a ação de atores sociais, legisladores, procurando impedir o livre exercício da cidadania, frustrar demandas populares e outras medidas afins. A saber do risco de o voto da maioria decidir por alguma pauta que venha trazer algum tipo de restrição a liberdade absoluta do mercado ou do indivíduo, defendida pelos neoliberais. Assim é possível inferir que quanto maior for o avanço do neoliberalismo no Brasil, menor será a intensidade da democracia.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, P. et al. **Balanço do neoliberalismo. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 9-23, 1995.
- BIOND, A. **O Brasil Privatizado.** 1ª edição. São Paulo: Geração Editorial, 2014. 254 p.
- BOBBIO, N. M.; NICOLAS, P. Gianfranco. **Dicionário de Política.** Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2938561/mod_resource/content/1/BOBBIO.%20Dicion%C3%A1rio%20de%20pol%C3%ADtica..pdf> Acesso em: 03 mar. 2022.
- BONAVIDES, P. **Ciência Política.** Disponível em: https://forumturbo.org/wp-content/uploads/wpforo/default_attachments/1549572639-BONAVIDES-Paulo-Cincia-poltica-2000.pdf > Acesso em: 04 mar. 2022.
- BORÓN, A. **A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal.** Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 63-118, 1995. [Cincia-poltica-2000.pdf](#) > Acesso em: 20. abr. 2022.
- BORÓN, A. et al. **Os “novos Leviatãs” e a pólis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina.** Pós-neoliberalismo II: que Estado para que democracia, v. 2, p. 7-67, 1999.
- BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente;** tradução Mario A. Marino, Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.
- CANO, W. **Uma Agenda Nacional para o Desenvolvimento.** Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/117>> Acesso em: 15. mar. 2022.
- _____. **Brasil – construção e desconstrução do desenvolvimento.** Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8650933/17024>> Acesso em: 10.mar.2022
- COLOVAN, C. F.; LULA, L. E. P. **Política de desenvolvimento em telecomunicações: (des)construção legal entre os anos de 1964 e 1994.** Disponível em: <<https://revistas.unasp.edu.br/acch/article/view/1126>> Acesso em: 14. mar. 2022.

COZENDEY, C. M. B. **Instituições de Bretton Woods**. Disponível em: <<http://funag.gov.br/biblioteca/download/1079-instituicoes-de-bretton-woods.pdf>>

Acesso em: 08 mar. 2022.

DAGNINO, E. et al. **Confluência perversa, deslocamentos de sentido, crise discursiva**. La cultura en las crises latino-americanas. Disponível em:

<<http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsdll/collect/clacso/index/assoc/D2261.dir/grimson2.pdf>> Acesso em: 02 abr. 2022.

DINIZ, A.N. **BNDES: De Agente Desenvolvementista a Gestor da Privatização – 1952-2002**. Disponível em: < <http://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/332988>>

Acesso em: 05. abr. 2022.

HARVEY, D. **Acumulação por Espoliação**. O Novo Desafio Imperial. Disponível em:<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/social/2004pt/Socia04br.pdf>>

Acesso em 28. mar. 2022.

FERNANDES, C. M; CHAGAS, C.G. **21 anos de privatização da Telebrás: políticas públicas para o setor de telecomunicações**. Disponível em:

<<https://seer.ufs.br/index.php/epitic/article/view/12469/9407>> Acesso em: 03. mar 2022.

FERNANDES, L. **Neoliberalismo e reestruturação capitalista**. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 54-61.

FERNANDES, F. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975, p. 144.

HAJE, J. A. A. **A Teoria da Dependência: Uma Contribuição aos Estudos de Relações Internacionais**. Disponível em:

<<https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/viewFile/3776/3080>> Acesso em: 10 mar. 2022.

O Consenso de Washington: a Visão Neoliberal dos Problemas Latino-Americanos. In: JUNIOR, P. N. B. (Org.). **Paulo Nogueira Batista: Pensando o Brasil Ensaios e Palestras**. Disponível em:

<[http://funag.gov.br/loja/download/331-](http://funag.gov.br/loja/download/331-Paulo_Nogueira_Batista_Pensando_o_Brasil.pdf)

[Paulo_Nogueira_Batista_Pensando_o_Brasil.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/331-Paulo_Nogueira_Batista_Pensando_o_Brasil.pdf)> Acesso em: 31. mar. 2022.

LIMA, T.; MIOTO, R. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico**: a pesquisa bibliográfica. Rev. Katál. Florianópolis, v. 10 n. esp. p. 37-45, 2007.

Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe>>. Acesso em: 5 mar. 2022.

MARX, K. **O Capital. Crítica da Economia Política.** Livro 1. Capítulo 24: A assim chamada acumulação primitiva. 2ª edição. São Paulo: Boitempo, 2017.

MIRANDA, E. C. B.; MELLO, L. A. R. S. Tendências Tecnologias Mundiais em Telecomunicações e a Influência dos Processos de Normalização e Padronização. In: KUBOTE, L. C. Et al (Org.) **Tecnologias da informação e comunicação: competência, políticas e tendências.** Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_tecnologiasdai nformacao.pdf> Acesso em 01 mar. 2022.

MOREIRA, M.M. **Progresso Técnico e Estrutura de Mercado: O Caso da Indústria de Teleequipamentos.** Disponível em:

<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/8034/2/Progresso%20T%c3%a9c nico%20e%20Estrutura%20de%20Mercado_P_sem%20OCR.pdf> Acesso em: 02 mar. 2022.

PAULA, L. F. **Política Econômica para o Crescimento e Estabilidade Macroeconômica: uma abordagem keynesiana com uma referência ao Brasil.** Disponível em:

<<http://www.luizfernandodepaula.com.br/ups/politica-economica-para-o-crescimento-economico-e-estabilidade.pdf>> Acesso em: 02 mai. 2022.

RONCAGLIA, D. **Constituição não discrimina empresa de capital estrangeiro.** Consultor Jurídico. Disponível em: < https://www.conjur.com.br/2008-nov-13/constituicao_ao_discrimina_empresa_capital_estrangeiro > Acesso em: 27 mai. 2022.

SANTOS, T. **A Teoria da Dependência: Balanço e Perspectiva.** 1998. Disponível em:<<https://drive.google.com/file/d/0B0eSnYD-sJTWR0dXSXZZb2trYjQ/view>>Acesso em: 3 mar. 2022.

SZAPIRO, M.H.S. Capacitações Tecnológicas e Competitivas da Indústria de Equipamentos de Telecomunicações no Brasil. In: KUBOTE, L. C. Et al (Org.) **Tecnologias da informação e comunicação: competência, políticas e tendências.** Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_tecnologiasdai nformacao.pdf> Acesso em 01 mar. 2022.

TELECO. **Densidade de Banda Larga do Brasil está abaixo da média mundial.** Disponível em:<<https://www.teleco.com.br/comentario/com320.asp>>Acesso em: 27. mar. 2022.

_____. **Telefonia Digital: Multiplexação de Sinais.** Disponível em: <https://www.teleco.com.br/tutoriais/tutorialconvdados/pagina_4.asp> Acesso em: 10 mai. 2022

VIANA, NATHALIA. **WikiLeaks: NSA espionou assistente pessoal de Dilma e avião presidencial.** Agência de Jornalismo Investigativo. 04. jul. 2015. Disponível em: <<https://apublica.org/2015/07/wikileaks-nsa-espionou-assistente-pessoal-de-dilma-e-aviao-presidencial/>> Acesso em: 20. abr. 2022